

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Elenice A. Coutinho

**Conflitos socioambientais urbanos: um estudo de caso
no bairro Bom Jesus - Viçosa/MG**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da
Universidade Federal de Viçosa como pré-requisito
para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Viçosa/MG
Novembro– 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Elenice A. Coutinho

**Conflitos socioambientais urbanos: um estudo de caso
no bairro Bom Jesus - Viçosa/MG**

Prof. Dr. Lídia (Orientadora)
Universidade Federal de Viçosa

Viçosa/ MG
Novembro - 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Elenice A. Coutinho

**Conflitos socioambientais urbanos: um estudo de caso
no bairro Bom Jesus - Viçosa/MG**

Monografia apresentada à Banca
Examinadora do curso de Geografia
da Universidade Federal de Viçosa
como exigência final para obtenção do
título de bacharel em Geografia

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lídia (Orientadora)
Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Leonardo Civale
Universidade Federal de Viçosa
Ms. Gustavo Soares Iorio

Viçosa/ MG
Novembro – 2010

Dedico esse trabalho a minha família que sempre me deu apoio no que precisava, aos minhas amiga(o)s, ao professor Klemens Laschefski inspirador deste projeto, a minha professora orientadora, a comunidade Bom Jesus, e ao Caio pela ajuda e companheirismo.

O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa, sossega e
depois desinquieta.
O que ela quer da gente é
CORAGEM ..."
(Guimarães Rosa)

SUMÁRIO

Conflitos socioambientais urbanos: um estudo de caso no bairro Bom Jesus - Viçosa/MG

INTRODUÇÃO.....	3
Capítulo. 1- Elementos do Debate sobre os Conflitos Socioambientais Urbanos.....	11
Capítulo. 2 – Caracterização Histórica de Viçosa/MG ao Bairro Bom Jesus.....	22
Capítulo. 3 – Análise dos Conflitos socioambientais no bairro Bom Jesus-Viçosa/M.....	43
Capítulo 4 – Conclusão.....	56
Bibliografia.....	61
Anexos.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	45
Gráfico 2.....	46
Gráfico 3.....	46
Gráfico 4.....	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	8
Figura 2.....	28
Figura 3.....	30
Figura 4.....	31
Figura 5.....	40
Figura 6	49
Figura 7	50
Figura 8	52
Figura 9	55
Figura 10.....	56

RESUMO

Neste trabalho realizamos uma análise dos elementos sobre os conflitos socioambientais urbanos do bairro Bom Jesus na cidade de Viçosa/MG, tendo em mente que grande parte das questões urbanas são de fato simultaneamente sociais e ambientais. A formação como bairro Bom Jesus durante a década de 1960, se deu paralela à construção da Universidade Federal de Viçosa, o que atraiu muitos moradores da zona rural e de outras cidades que desejavam trabalhar na Universidade. No entanto, a UFV não absorveu toda mão-de-obra disponível, além disso, a valorização de determinadas áreas pela especulação imobiliária juntamente com um planejamento dirigido para certas camadas da sociedade vem afirmando processos de fragmentação da cidade caracterizados por políticas públicas de desenvolvimento excludentes que aumentam os níveis de desigualdade e a marginalização das populações. Dessa forma, muitas pessoas começaram ocupar áreas como topos de morros e encostas, consideradas impróprias para moradia. No bairro Bom Jesus esse processo ocorreu com muita intensidade, e hoje a ocupação irregular atinge 60% do bairro. Configura-se então, um ambiente gerador de várias situações de conflitos socioambientais, fato que entra na discussão atual do acesso e uso dos recursos naturais e sua relação na provisão de serviços básicos urbanos. A importância do trabalho se explica pela necessidade em se compreender os elementos geradores de conflitos socioambientais no meio urbano, bem como contribuir com este debate. Para desenvolver a pesquisa realizamos trabalho de campo, reuniões com a associação de moradores, questionários e entrevistas. As situações de conflitos identificadas junto com a população elencaram elementos como a falta de calçamento adequado, falta de áreas verdes, moradias em áreas de risco, entre outros. Além disso, os resultados assinalaram que as políticas públicas de desenvolvimento excludentes são, entre outras causas, umas das principais geradoras de desigualdade socioambiental decorrente de relações de poder que têm proporcionado conflitos socioambientais que também podem ser entendidos pelo conceito de (in)justiça ambiental.

ABSTRACT

In this paper we have analyzed the data on environmental conflicts, urban neighborhood in the city of Bom Jesus Viçosa / MG, bearing in mind that much of urban issues are indeed both social and environmental. Training as Jesus neighborhood during the 1960s, was made parallel to the construction of the Federal University of Viçosa, which attracted many residents of rural and other cities who wanted to work at the University. However, the UFV not absorbed all manpower available, in addition, the valuation of certain areas by real estate with a plan directed at certain sections of society has been claiming processes of fragmentation of the city characterized by exclusionary policies of development increasing levels of inequality and marginalization of populations. Thus, many people began to occupy areas as hilltops and slopes, considered unsuitable for housing. Bom Jesus in the neighborhood this process took place with great intensity, and today the illegal occupation reaches 60% of the neighborhood. Set up then, an environment conducive to various situations of environmental conflicts. Matter that enters the current debate of the access and use of natural resources and its relation to the provision of basic urban services. The importance of the work is explained by the necessity to understand the elements that cause environmental conflicts in the urban environment and contribute to this debate. To develop the research by field work, meetings with neighborhood associations, questionnaires and interviews. Situations of conflict identified with the population concerned with the elements as lack of adequate sidewalks, lack of green areas, housing in dangerous areas, among others. Moreover, the results indicated that public policy development are mutually exclusive, among other causes, one of the main generators of social and environmental inequality arising from power relations that have provided social conflicts that can also be understood by the concept of environmental (in)justice.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS: UM ESTUDO DE CASO NO BAIRRO BOM JESUS - VIÇOSA/MG

INTRODUÇÃO

A sociedade atual vem sendo marcada pelo antropocentrismo, pelo etnocentrismo e pela globalização o que tem promovido desequilíbrios sociais e ambientais de grandes proporções. A relação que se estabelece entre homem, sociedade e natureza têm gerado situações de conflito e, portanto, dúvidas ao longo dos anos sobre as práticas e ideologias que permeiam a nossa sociedade. Em consequência, temos percebido a necessidade de que seja promovidas mudanças de paradigmas em relação ao atual modelo de ciência e desenvolvimento.

Durante as décadas de 1970 e 1980, houve um retorno, conforme apontaram Zhouri e Laschefisk (2010) de um forte questionamento do modelo de desenvolvimento promovido por políticas de desenvolvimento de órgãos internacionais tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional que patrocinaram projetos com desastrosas consequências sociais e ambientais. Um dos discursos destas políticas de desenvolvimento é inclusão social, no entanto, a desigualdade social e a exclusão de grupos marginalizados foi um dos principais resultados das estratégias do desenvolvimentismo.

De um modo geral, as políticas de desenvolvimento se davam na realização de grandes projetos como o de Grande Carajás, exploração de florestas nativas, hidrelétricas, expansão da fronteira agrícola, entre outros. Neste contexto, Zhouri e Laschefski (2010) destacam o assassinato de Chico Mendes, em 1988, como marco das divergências entre as visões ambientalistas e desenvolvimentistas, ou ainda, um fato

representativo do que Martinez-Alier (1999) chama de movimentos ambientais dos pobres.

De acordo com Zhouri (Conflitos sociais e meio ambiente urbano, 2005) o ambiente é dotado de determinados significados de meio ambiente expressos por relações de poder que se manifestam no espaço/ território, e em geral legitimam ações sociais e políticas. Neste sentido, Zhouri (2005) destaca a idéia generalizada sobre o que seria uma consciência ambiental, que por sua vez assinala o surgimento de movimentos ambientalistas, onde os conflitos “apontam para a hierarquização dos significados que elege a biodiversidade como problema ambiental prioritário (ou o efeito estufa, a camada de ozônio, etc) e não o saneamento básico das cidades do chamado terceiro mundo, por exemplo” (2005, p. 5).

Neste cenário, episódios freqüentemente percebidos como problemas ambientais gerados pelo desenvolvimento podem ser compreendidos pela noção de conflito socioambiental. Segundo Ascelrad (2000) um debate mais aprofundado ainda é incipiente, e a discussão sobre a desigualdade social na exposição da população aos riscos ambientais só é trazido à tona quando há notícias de desastres, mortes, etc. Neste sentido, Ascelrad afirma que

“[...] a desigualdade ambiental é sem dúvida uma das expressões da desigualdade social que marcou a história do nosso país. Os pobres estão mais expostos aos riscos decorrentes da localização de suas residências, da vulnerabilidade destas moradias a enchentes, desmoronamentos e à ação de esgotos a céu aberto. (2000, p. 1).

Além da importância dos casos e da carência de estudos nessa área, a necessidade de uma investigação torna-se ainda mais necessário quando se consideram as especificidades das formas históricas de apropriação do solo em Viçosa.

Para estudar a partir da noção de conflitos socioambientais urbanos apresentamos uma análise do processo histórico de uso e ocupação do bairro Bom Jesus

da cidade de Viçosa-MG com o objetivo de compreender a origem dos conflitos socioambientais urbanos do bairro tendo em mente que grande parte das questões urbanas são de fato simultaneamente sociais e ambientais.

O estudo do meio urbano implica realizar numa perspectiva histórica, as marcas, as contradições sociais, e interesses políticos e econômicos na sociedade, a fim de entender como a questão ambiental emerge a partir dos processos de configuração do território. Desta forma, as disputas por acesso e uso do solo entre os diferentes segmentos da sociedade levam ao surgimento do que podemos chamar atualmente de conflitos socioambientais, isto é, problemas ambientais da sociedade que surgem como resultado de sua organização econômica e social. Leite e Carneiro (2007) exemplificam que

“[...] quase invariavelmente, grupos com menor poder aquisitivo vêm-se na contingência de ter que adquirir terrenos e construir moradias em áreas que oferecem maiores riscos (como deslizamentos e inundações) ou desprovidas de saneamento básico (proximidade de depósitos de lixo domiciliar e hospitalar, esgotos a céu-aberto, ausência de água potável), enfim, áreas com maiores concentrações dos efeitos da degradação ambiental. Já os grupos sociais de maior poder aquisitivo, por conseguirem adquirir terrenos em boas condições geotécnicas, acabam por desfrutar de melhores condições de habitação e urbanização. Dadas as relações de produção e formas de propriedade típicas do modo de produção capitalista, os grupos econômica e politicamente mais poderosos estão em condições de impor aos demais seus interesses de apropriação territorial. (2007, p.3).

É nesta linha de pensamento que segue esta pesquisa. Neste âmbito é preciso entender porque as relações humanas e sua ação sobre o meio natural geram conflitos socioambientais urbanos.

Analisar a prática ambiental no meio urbano implica compreender complexidades distintas; significa lidar com problemas que caracterizam as ocupações das populações pobres de países subdesenvolvidos em áreas ambientalmente frágeis como áreas de riscos, áreas alagáveis, baixo índice de serviços públicos prestados, entre outros, além de outros problemas relacionados a altos padrões de consumo geradores de

congestionamento e poluição por veículos, aumento do volume de resíduos, etc. (COSTA, 2004).

Segundo Costa (2004), o principal foco dos conflitos está em torno das políticas ambientais urbanas, mais precisamente entre o uso público e o uso privado dos recursos econômicos, sociais, culturais, bióticos e abióticos da cidade. Esta dinâmica está relacionada com a valorização e espacialização do capital no espaço urbano, o que reflete diretamente sobre a qualidade de vida das populações e do espaço em questão. No caso desta pesquisa, no bairro Bom Jesus é visível a desigualdade na provisão de moradias, acesso a serviços básicos, espaços de convivência e urbanidade que conseqüentemente concretiza o fenômeno da “ilegalidade urbana”¹.

É importante ressaltar que a ocupação de áreas ambientalmente frágeis pode acarretar em degradação dos recursos hídricos, do solo, das condições de saúde e pode dar origem a conflitos socioambientais de grandes proporções, no entanto não é aqui o objetivo enumerar as conseqüências físicas da ocupação irregular, mas sim compreender como este tipo de ocupação veio se alastrando ao longo dos anos e quais os sujeitos envolvidos neste processo. Maricato (2000 apud Costa, 2004) menciona que de um lado está o interesse das populações que ocupam essas áreas “morando em pequenas casas onde investiram suas parcas economias, enquanto eram ignorados pelos poderes públicos” (2000, p.163). De outro lado, estão os interesses em torno da preservação e de recuperação de recursos naturais de uso coletivo como mananciais e corpos d’água.

Para percorrer este caminho de análise o primeiro capítulo intitulado – Elementos do debate sobre os conflitos socioambientais urbano – procurou-se enfatizar a problemática ambiental mundial e elencar algumas correntes teóricas que se

¹ Observar que o termo ilegal é relativo às leis que muitas vezes privilegiam determinados padrões de ocupação do espaço. E isto obriga ou leva parcelas cada vez maiores da população a ocupar áreas de risco.

preocuparam em determinados momentos da História em tratar sobre o meio ambiente e o ser humano, bem como apontar alguns pontos sobre como as políticas públicas no Brasil contribuíram para a formação de realidades socioambientais distintas e, portanto, implicariam em conflitos socioambientais urbanos.

No segundo capítulo – Contextualização do conflito – Objetivou-se realizar um levantamento histórico da formação de Viçosa e, conseqüentemente, do bairro Bom Jesus. Deste modo, compreender como as raízes históricas contribuíram para a atual configuração do espaço urbano e do Bom Jesus.

O terceiro capítulo – Uma Análise dos Conflitos Socioambientais no Bairro Bom Jesus – procurou-se relatar como as pessoas foram ocupando os diferentes ambientes físicos do bairro e verificar o perfil socioeconômico de parte da população e averiguar quais os conflitos que a população identifica no bairro, bem como saber como a população reage frente aos problemas apontados por eles.

No quarto e último capítulo teremos as Considerações Finais – Algumas Considerações acerca dos Conflitos Socioambientais no Bairro Bom Jesus-Viçosa/ MG.

O presente trabalho é parte de um projeto maior, a experiência proporcionada pelo programa institucional de bolsas de extensão universitária da Universidade Federal de Viçosa, que busca aprofundar alguns elementos do debate inicial. Este pôde ser implementado por ter sido realizado anteriormente o conhecimento da área através da participação de reuniões com a associação de moradores do bairro Bom Jesus; a observação participante com a comunidade. Estes procedimentos foram muito importantes, pois permitiu uma maior aproximação com a população, ponto principal do trabalho para entender os conflitos socioambientais no Bairro Bom Jesus.

Com o propósito de investigar os conflitos socioambientais no bairro Bom Jesus este projeto seguiu as etapas apontadas no esquema abaixo:

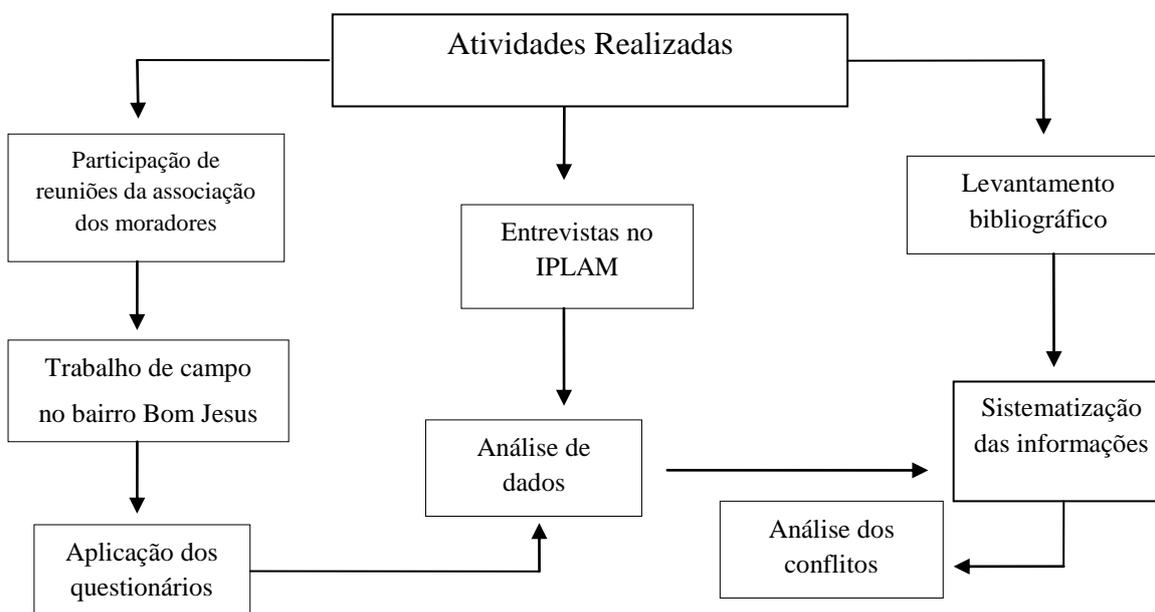


Figura 1: Organograma das atividades realizadas na pesquisa da Monografia.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico com consultas a artigos em periódicos indexados, livros, depoimentos de moradores e conhecedores do bairro e web sites especializados em conflitos socioambientais, territorialidades urbanas, desenvolvimento sustentável e administração pública. Trata-se de pesquisa explicativa, de caráter exploratório, que procura caracterizar parte da população do bairro Bom Jesus e tenta encontrar explicações acerca do surgimento dos conflitos socioambientais lá existente, isto é, são conflitos expressos pela sobreposição de reclamações de diferentes segmentos da sociedade.

O primeiro passo deste trabalho foi realizar uma aproximação com a associação dos moradores, pois foi através dela e do conhecimento de seu trabalho que tivemos a primeira impressão dos problemas do bairro. Além disso, foi o presidente da associação quem promoveu a apresentação do pesquisador aos demais moradores, assim, o encontro, as conversas e a coleta de depoimentos se deu de uma forma muito amigável.

Optamos por desenvolver o questionário fechado, pois este foi formulado depois do conhecimento da área e de reuniões com a associação onde os próprios moradores foram sugerindo alguns conflitos e algumas perguntas. Portanto, o questionário não nasceu da observação do pesquisador, mas de um trabalho que promoveu o conhecimento prévio dos principais problemas do bairro a partir do ponto de vista de alguns moradores locais.

Durante este trabalho foram aplicados quarenta questionários de forma aleatória no bairro. Optou-se pelos questionários por entender que este segundo Martins (2006) se trata de um importante e popular instrumento para uma pesquisa social. Além disso, foram realizadas duas entrevistas no Instituto de Planejamento Municipal de Viçosa (IPLAM), sendo que em uma delas um dos funcionários era também representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA).

As perguntas direcionadas à Associação de Moradores se relacionavam à formação e organização da associação de moradores; aos problemas que a associação identifica no bairro. Quanto aos funcionários do IPLAM, a entrevista foi padronizada com perguntas pré-definidas referentes à gênese do bairro, à formação das áreas de risco, à existência de fiscalização das construções durante a formação do bairro, ao trabalho realizado pelo IPLAM e outros órgãos da prefeitura. E por último em relação aos moradores o questionário foi composto por perguntas relacionadas ao sexo, grau de escolaridade, faixa de consumo mensal, problemas do bairro, às ações da prefeitura no bairro, e se os moradores realizam algum tipo de reivindicação frente à prefeitura de Viçosa.

Neste sentido, realizou-se uma análise das entrevistas com base na transcrição fidedigna das respostas. Em relação aos questionários os resultados obtidos foram

categorizados segundo padrões de respostas e elaborados gráficos para facilitar a análise.

Capítulo 1. ELEMENTOS DO DEBATE SOBRE CONFLITOS SOCIOAMBIETAIS URBANOS

Situações de desigualdade socioambiental decorrente de relações de poder têm proporcionado os mais variados embates sociais. São muito conhecidos os conflitos que indicam disparidade no acesso a recursos naturais, como água, solo, florestas, minérios e até mesmo o uso desmedido destes recursos por certos grupos de pessoas com maior poder aquisitivo, o que pode configurar segundo o pensamento ecossocialista o que alguns autores chamam de “dívida ecológica²” dos países ricos para com os pobres e, portanto aborda também conflitos relacionados à matriz energética adotada.

Já no final da última década o relatório da *United Nations Environment Programme* (UNEP, 1999) declarou o crescimento do número de conflitos tanto internos quanto internacionais entorno da escassez de água, enchentes, métodos que levam à sanilização, desvios de água e poluição das águas, processos estes que vem se agravando. Conflitos causados pela depredação dos recursos como desflorestamento, erosão do solo, desertificação, inundações (como para construção de barragens hidrelétricas) e poluição. Além disso, o relatório do UNEP apontou também que grande parte dos conflitos ocorre em regiões desenvolvidas, ou seja, onde as pessoas em geral têm mais acesso a recursos humanos e econômicos, o que vem desmentir a idéia de que são os pobres causadores de muitos problemas ambientais e geradores de conflitos.

Há também os conflitos relacionados aos impactos ambientais gerados por certos grupos que afetam outros territórios, como por exemplo, acidentes químicos, dejetos de lixo, poluição decorrente de fábricas que atingem comunidades ou até mesmo extrapolam fronteiras nacionais. Neste sentido há ainda, conflitos de ideais sobre as

² MARTINEZ-ALIER, J, 1999, p.216.

técnicas de ação do mercado, como selos verdes e certificação de “eficiência” ambiental, entre outros, e de governos que instalam grandes projetos e acabam por criar ou aumentar certos conflitos, deste modo para muitos é questionável até que ponto ações como estas são viáveis.

Existem várias vertentes do debate dos conflitos, trata-se de uma discussão de vários campos do conhecimento, no entanto, a base de seus elementos são comuns, em geral relacionados ao acesso aos recursos naturais e consequências do mal uso, ou uso excessivo dos recursos. Com a mudança de pensamento que integre o meio social ao ambiental, pode-se perceber que muitos conflitos que não eram compreendidos como conflitos socioambientais, podem e devem ser analisados sobre esta ótica, como por exemplo, problemas no fornecimento de infra-estruturas como saneamento básico nas cidades, expansão de fronteiras, monocultura, agronegócio, direitos étnicos, matriz energética, projetos de grande infra-estrutura, entre outros. Em síntese, não se pode separar meio social de meio ambiente, um age sobre o outro de modo recíproco.

A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente somam-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso de comunidades locais e à violência étnica e social que se tornou a característica mais importante da era pós-Guerra Fria. Assim, em última análise, esses problemas precisam ser vistos, precisamente, como diferentes facetas de uma única crise que pode ser identificada como uma crise de percepção.

E, de fato, estamos agora no princípio dessa mudança fundamental de visão de mundo na ciência e na sociedade. Todavia, essa compreensão ainda não despontou entre a maioria dos nossos líderes políticos. O reconhecimento de que é necessária uma profunda mudança de percepção sobre o meio socioambiental de modo a entender os

processos de produção social integrados entre sociedade e governo. De um modo geral, os líderes políticos não só deixam de reconhecer como diferentes problemas estão inter-relacionados como também se recusam a reconhecer que as soluções tomadas por eles afetam as gerações futuras.

Neste sentido, a proteção do meio ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente. E como tratar este assunto dentro do espaço urbano? Incluir o desenvolvimento que não leve a destruição dos recursos naturais renováveis no âmbito urbano é para Laschefski (2008) um grande desafio, visto que nas cidades se tornam mais visíveis os problemas que indicam insustentabilidade, como por exemplo, o lixo, o transporte, a qualidade da água e do ar, dentre outros. Por este motivo a idéia de cidades sustentáveis são mais idealizadas que objetivas.

A atual de discussão sobre as ameaças aos recursos naturais e ao futuro da Humanidade, as questões ambientais têm recebido fortes reflexões, especificamente com relação à conservação dos recursos naturais. Diferentes modelos servem de sustentáculo à proteção dos recursos naturais, isto em diferentes contextos históricos culturais da relação homem x natureza que é muito complexa e reflete em vários campos do conhecimento.

O conservacionismo segundo Diegues (2000) tem como princípio o uso dos recursos de modo a evitar o desperdício, a ineficiência durante os processos de exploração e garantir a existência dos recursos para as gerações posteriores. Estas idéias por considerar o ser humano [capaz](#) de utilizar destes recursos de forma controlada, equilibrada foram precursoras do movimento sustentável. Já o preservacionismo

aplicado particularmente à proteção dos recursos ambientais e naturais tem o objetivo de tornar o meio ambiente menos tocado possível.

De acordo com Perazzoni (2009) esta última noção de defesa do meio ambiente parte da vertente antropocêntrica, onde coloca a natureza à disposição do homem. Diegues (2000) aponta que esta é baseada no manejo cujo objetivo é pautado na maximização das benfeitorias estéticas, educacionais, recreacionais e econômicas para a sociedade como um todo. Tal concepção, parte do princípio de que o homem tem direito de controlar a natureza e isto se concretiza por meio da ciência moderna e do uso tecnologias.

O movimento biocêntrico ou ecocêntrico consiste na preservação de todos os seres que habitam a Terra, considerando-se a presente e as futuras gerações de modo que haja condições de manutenção da biodiversidade, por isso, esta visão defende o controle do crescimento populacional humano objetivando a proteção do mundo selvagem. Este enfoque possui grande influência espiritualista, aproximando de um tipo de adoração do mundo natural, onde as criações de áreas naturais protegidas deveriam existir independentes de sua utilidade para o homem. (DIEGUES, 2000).

Segundo Diegues (2000), a ecologia profunda vai mais além de uma perspectiva ecológica, busca um nível de consciência ecológica, ou seja, considera que as áreas naturais devem ser preservadas por si só, independente de sua utilidade para o ser humano. Esta noção ampara a proposição de que o homem só pode destruir a natureza para satisfazer suas necessidades vitais. Assim, “o florescimento da vida humana requer tal decréscimo; a interferência humana na natureza é demasiada; as políticas públicas devem, portanto, ser mudadas, afetando as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas” (Diegues, 2000, p.9).

A ecologia social faz críticas à forma de pensamento da ecologia profunda. Ainda nas palavras de Diegues (2000) essa vertente percebe os seres humanos como seres sociais, isto é a sociedade é composta por diferentes classes sociais, etnias, hierarquias, entre outros, em que a ecologia profunda desconsidera que os problemas ambientais tenham raízes nas questões sociais. Por isso, a ecologia social critica os sistemas de poder na sociedade capitalista, hierarquizada e valorizam as sociedades primitivas onde as relações se dão num tipo de comunidade orgânica, isto é, fazem parte do equilíbrio da natureza.

Há também vertentes surgidas a partir da década de 60, como o ecossocialismo ou ecomarxismo, sua origem partiu da crítica ao marxismo clássico quanto à noção de natureza estática, tida por Marx apenas como meio de transformação do homem. (DIEGUES, 2000). Para Löwy (2005), o ecossocialismo é pautado no argumento de que o modo de produção e o consumo dos países avançados causam o consumo ostentatório podendo gerar uma crise do meio ambiente para todo o planeta e também a continuação do “progresso” baseada na economia de mercado levaria de forma desigual riscos para a sobrevivência humana.

Com o surgimento de graves danos ambientais sob o modelo antropocêntrico clássico como o buraco na camada de ozônio, de espécies extintas etc., fez nascer um sentimento ecológico de preocupação entre as gerações. Assim, segundo Perazzoni (2009), criou-se o ambiente propício ao surgimento de um novo modelo ético-jurídico de proteção ao meio ambiente. Conceitos e práticas conservacionistas estão sendo elaboradas partindo de um enfoque para uma conservação democrática e participativa. É o nascimento de novos paradigmas como a ciência não-linear, a teoria do caos, a história ecológica, etc. Neste sentido a idéia de conservação tem sido alterada.

Discutindo alguns elementos básicos da ciência da conservação, Diegues (2000) afirma que esta vem sendo construída de forma embrionária e fragmentada. De um modo geral, o modelo de conservação construído nos países do Norte vem sendo adotado pelos países do Sul não levando em consideração as necessidades culturais e ambientais individuais de seus países. Há que se privilegiar a visão do cientista e do especialista local, ou haverá uma destruição dos sistemas tropicais e também da grande diversidade cultural dos povos e comunidades que nela habitam. Acredita-se que nas estratégias de conservação deve-se ouvir e envolver as populações locais dispô-las de poder deliberativo nos órgãos de decisão e compensá-las com projetos de melhoria de qualidade de vida.

Deste modo, Andrade (2004) alega que a concepção de democracia deliberativa vem aos poucos ganhando forças no espaço decisório, parte do controle social na esfera política onde possa viabilizar o controle dos governantes pela sociedade. Parte da idéia de uma organização da sociedade que influencia, decide e avalia as ações governamentais. Trata-se de instrumentos de controle do setor público pela sociedade na tentativa de garantir a prestação do serviço, estratégias de ação, localização de serviços e etc.

Por fim, não se pretende sustentar nenhuma corrente em absoluto, pois acredita-se que os conflitos socioambientais são também conseqüências de uma única forma de abordagem. Segundo Acselrad (2004) as práticas sociais constituem dimensões variadas de conflitos, portanto há que se debruçar individualmente sobre cada apropriação de modo a entender que a solução dos problemas ambientais não se dará por meio de uma única vertente adotada, mas por um conjunto de paradigmas paralelos às abordagens dos recursos naturais e da Humanidade.

Foi a partir dos encontros internacionais que discutiram o meio ambiente e sociedade que se ampliou o discurso de um desenvolvimento pautado num conteúdo que não o desenvolvimentista, mas ao contrário, lançou mão de um novo discurso e modos de vidas. Passou então a abortar o pensamento isolado e a negligenciar políticas que não pensem nos povos excluídos.

Segundo Miller (s/d) o crescimento demográfico mundial em alta e principalmente o aumento demográfico crescente no meio urbano, os problemas gerados são também recorrentes. Portanto, este conjunto de preocupações parece compor um novo paradigma de ação institucional e políticas públicas. Tais relações constituem um meio conflituoso na sociedade atual.

Diante disso, nas palavras de Javier Mira Grau (2001) o efeito da era da globalização implica no crescimento econômico que produz débitos sociais e a fragmentação social, cujas conseqüências negativas são inúmeras, como a segregação espacial, estigmatização social, construção de bairros periféricos, etc. A desigualdade urbana é cada vez maior e reflete em coletividades desfavorecidas, indícios de vulnerabilidade que segundo o autor constitui “uma realidade que reclama dia a dia a necessidade de dedicar análises e intervenções para poder estabelecer ações específicas” (Grau, 2001, p.242).

Torna-se claro que a sociedade deve estar vigilante e os governos devem cumprir seu papel, fornecendo à população condições de esclarecimento para que esta possa se manter ativa e atenta com relação às questões ambientais. Nesse ponto, encontra-se o verdadeiro sentido da palavra cidadania, que descontextualizada de ações se torna mais um mero discurso.

Diante do vasto campo de ação do Estado, Bacelar (2003) destaca a forma como as políticas públicas no Brasil possuem um histórico desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário, caracterizando desta forma um Estado promotor do desenvolvimento e não transformador das relações sociais com o objetivo de alcançar um elevado patamar industrial. Por esse motivo, até então as políticas públicas muito raramente se preocupam com o Bem-Estar Social. É por isso, que segundo a autora, o Estado tem como característica base, o Estado fazedor, protetor e não regulador.

Uma das funções do Estado regulador é a de expressar nas normas os anseios da sociedade civil, isto não ocorre devido a nossa tradição histórica do tipo de governo, assim, Barcelar (2003) diz que o Estado não se legitima frente à sociedade e fica refém dos *lobbies*³. Estes aspectos traduzem as formas como as políticas sociais são pensadas. Isto significa que por se tratar de um Estado centralizador, as políticas também são centralizadas e executadas de cima para baixo sem contar com a participação da sociedade. Isto é resultado do enfoque que se dá no processo de industrialização como desenvolvimento.

Segundo Grau (2001) o enfoque que leve em conta o ponto de vista social e econômico seria o ideal. Entende-se que somente a atenção conjunta destes fatores pode levar ao estabelecimento de planos de alerta que permitem a adoção de estratégias e medidas preventivas. Esta é uma forma de combater a urbanização da pobreza, a segregação da cidade.

Igualmente, se debe potenciar y profundizar en las prácticas ya realizadas y conocer, sobre todo, los problemas surgidos y las posibles alternativas, permitiendo sensibilizar a la opinión pública, a las Administraciones y a los diferentes agentes económicos y sociales sobre la necesidad de afrontar este reto de un modo serio y eficaz. (GRAU, 2001, p.2).

³ é o nome que se dá à pressão, muitas vezes individual, ostensiva ou velada, de se interferir nas decisões do poder público, em especial do Legislativo, em favor de interesses privados. Fonte: Dicionário Aurélio, 1993, verbete *lobby*, p.138.

Compartilha-se da noção de Grau (2001) de que se deve fortalecer os meios e as práticas sobre os problemas sociais urbanos. Só assim, as políticas poderão ser encaminhadas e prover soluções potenciais para os mais diversos conflitos, mas especialmente aqueles que produzem e reproduzem as condições de desigualdade social.

Além disso, para Tavares (2007) pode-se dizer que o grande desafio ambiental contemporâneo impõe o uso de técnicas que trazem embutidas as relações de poder sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável, da utilização da ciência e da tecnologia para redução dos danos causados ao meio ambiente representado somente pelas obrigações legais. Por isso, o território se torna uma unidade de análise importante na identificação e soluções dos conflitos de disputas de uso do meio urbano que objetiva uma gestão social mais justa.

Conflitos socioambientais em territórios urbanos são fatos recentes. Sposito (1997) declara que o grande impulso tomado pela urbanização a partir do desenvolvimento da industrialização no século XVIII provocou fortes impactos sobre as cidades como a divisão social do trabalho e a divisão territorial do trabalho. Por conseguinte, o modo de produção capitalista gerou a formação de redes e hierarquização dos aglomerados urbanos. A terra como mercadoria e o acelerado ritmo de crescimento dificultava o acesso ao espaço, em consequência disto o adensamento habitacional foi intenso. Deste modo, o lugar onde se constrói a casa e o bairro vão sendo determinados pelos interesses do lucro causando uma desorganização na paisagem composta por falta de espaço ao redor das moradias, dificuldade em eliminação do lixo, de penetração de ventilação e insolação, de escoamento de esgoto, circulação de pessoas e local para as brincadeiras das crianças.

O território pode ser entendido como base das disputas entre grupos antagônicos, que em geral tem levado à desterritorialização⁴ dos mais fracos. Este fato se configura na vida das comunidades urbanas mais carentes, estas por sua vez, vêm-se forçadas a viver em ambientes inadequados como áreas de risco, ou seja, ocorre o que se entende por desterritorialização do espaço social do ponto de vista material ou simbólico. Lugares são desconectados dos circuitos integradores da sociedade capitalista: mercado de trabalho, consumo e cidadania. O resultado deste processo é a multiplicação de espaços caracterizados pela exclusão.

Assim, compreender as práticas e as lutas encetadas pelas populações urbanas de baixa renda constitui componente intrínseco ao processo de construção dos territórios urbanos por elas habitados. Neste sentido é importante esclarecer que primeiramente “o espaço é anterior ao território” (CLAUDE RAFFESTIN, 1993, p.143). À medida que o espaço vai se diferenciando pela sua materialidade, funcionalidade, organização e regulação são formados os territórios, ou seja, o uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estrutura, bem como o dinamismo da economia e da sociedade. Segundo Milton Santos e Maria L. Silveira (2003) a urbanização, um número de pessoas cada vez maior em número de lugares cada vez menor, expressa maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa resultante do aumento da fluidez do território. Assim, com base nas idéias dos autores entende-se que a situação acima pode favorecer o nascimento de espaços de exclusão.

Neste sentido, segundo os mesmos autores boa parte dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas e formas de organização do trabalho são orientados pelo peso do mercado, isto é, “não se faz uma regulação política do território sem uma regulação do território pelo mercado” (Santos; Oliveira, 2003, p. 22). Portanto, são

⁴ Sobre este tema consultar HAERBART, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade, Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

formados os territórios valorizados e os não valorizados, e a população vai, segundo suas possibilidades, ocupando os distintos territórios. A partir da década de 1980 os problemas relativos à superpopulação, a falta de justiça social, a baixa qualidade de vida, violência e a desigualdade econômica passaram a ser abordados com base em uma perspectiva territorial.

Segundo Lefevre (2008), a representação do espaço de produção é intrínseca à prática social, isto é as atividades sociais trabalham o espaço por meio de suas ações geram uma fragmentação do espaço. Consequência disto é a exclusão de determinadas classes, grupos e indivíduos do urbano, significando excluí-los da civilização e da sociedade. A prática social está voltada para as ações cotidianas assegurando dessa forma a reprodução das relações sociais de produção. As relações sociais de produção estão ligadas a instrumentos funcionais do espaço que pode ser dado tanto por instituições quanto por meios privados que agem no modo de produção que está ligado as práticas sociais de reprodução. Para Izabel Gil (2004) os instrumentos funcionais do espaço, sob a ótica do capitalismo fazem com que os impactos sociais e ambientais sejam acelerados: esvaziamento populacional do campo, rápida urbanização, metropolização, tensão dos recursos naturais, destacando-se a água e o solo, precarização dos serviços públicos (saúde, educação, segurança, etc.) e da oferta de infra-estrutura, especialmente dos transportes coletivos e saneamento básico.

Capítulo 2. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DE VIÇOSA/MG AO BAIRRO BOM JESUS

A história da Zona da Mata Mineira, de acordo com Lamas (2003), é marcada por duas grandes fases do processo de colonização que contribuíram para a formação da paisagem hoje conformada. A primeira fase ocorreu na primeira metade do século XVIII com a abertura do chamado “Caminho Novo⁵” e a segunda fase, ocorreu na sequência do mesmo século com a penetração na porção central da mata, área correspondente às margens do Rio Pomba. O processo de colonização, somado ao financiamento da produção cafeeira durante o século XIX, a transição de mão-de-obra escrava para mão-de-obra livre e a imigração para a industrialização brasileira compõem o quadro da historiografia da Zona da Mata bem como de questões da História brasileira. Não há acordo quanto à data da formação do Caminho Novo, para alguns autores⁶ até o final do século XVIII ela era vista como uma área absolutamente primitiva, enquanto para outros⁷ a ocupação se deu desde o princípio do século XVIII em 1701 a 1703. Em consequência da intervenção da Coroa para conter o levante nas minas que ocorreu entre colonos e paulistas foi instituído o desmembro da Capitania do Rio de Janeiro pela Carta Régia em 1709. Por volta de 1710 houve concessões de sesmarias na Capitania de Minas Gerais quando Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho assumiu o governo da nova capitania Minas do Ouro.

O movimento em direção ao interior de Minas Gerais iniciou-se com a zona de passagem das tropas que se dirigiam da região mineradora até o porto do Rio de Janeiro e, no sentido oposto, por artigos e pelo transporte de mão-de-obra escrava que abasteciam as minas. Por meio deste caminho começam a aparecer na paisagem de

⁵ Ou caminho de Garcia Rodrigues Paes, uma das estradas reais que davam acesso a região das minas.

⁶ CASTRO Celso, 1987 apud CARNEIRO (2008).

⁷ LAMAS, Fernando et.al.2003.

densas florestas os primeiros ranchos e pousos. Além disso, foram doadas sesmarias ao bandeirante Garcia Paes e seus filhos que construíram os primeiros núcleos que se tem notícia de ocupação da região.

Segundo Carneiro (2008) o povoamento da Zona da Mata Mineira ocorreu tardiamente em relação a outras partes do Brasil quando levamos em consideração sua localização geográfica dada a proximidade com o litoral (entrada dos colonizadores). Isto porque ela foi durante muito tempo entendida como um desvio para o ouro e portanto, a coroa portuguesa se esforçou para manter a área sem interferência dos colonos e coberta por vastas florestas.

A distribuição das sesmarias não garantiu que as terras fossem ocupadas homogeneamente devido às leis que não impediam 100% de penetração e uso da área na mata, a presença dos índios “bravos” e à densidade da mata virgem. O processo de doação de sesmarias levou ao surgimento de posses e de grilagem que foi agravado por negociações de compra e venda de estabelecimentos rurais nas áreas de mineração e entorno. Em geral as terras devolutas localizadas próximas dos distritos mineradores foram se tornando importantes, pois funcionavam como um complemento econômico colonial. (CARNEIRO, 2008).

Segundo o atlas das representações literárias de regiões brasileiras (IBGE, 2006), a ocupação das terras a leste do Espinhaço ocorreu com a pressão exercida pelo esgotamento das lavras em 1796, quando os quintos não atingiram as cem arrobas anuais. Por isso, a ocupação da freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões da Pomba e Peixe, atual Rio Pomba, se deu oficialmente a partir dos fins de 1767. A estrutura fundiária era heterogênea e as ocupações eram feitas por sociedades onde a agricultura e a pecuária assumiam um papel importante, pois a terra representava o principal recurso

econômico. A densidade demográfica estava associada à estrutura fundiária e até 1888 esta era baseada na propriedade escrava.

Soares (2009) assinala as várias transformações políticas e econômicas ocorridas na Colônia com a vinda da coroa portuguesa em 1808 para o Brasil por meio do maior número de investimentos e transações internacionais. No âmbito social, as políticas indigenistas⁸ e religiosas⁹ causaram grande incentivo à ocupação das florestas por meio de incentivos fiscais, doação de sesmarias, concessão de privilégios e o direito de utilização de mão-de-obra indígena sob regime de escravidão. Contudo, ao passo que os aldeamentos e fazendas se fixavam, a população se deslocava formando caminhos que ligavam as estradas aos aldeamentos e locais já elevados a vilas.

A atual cidade de Viçosa, localizada na Zona da Mata Mineira, foi elevada à vila¹⁰ durante o século XVIII quando em 1800 o Padre Francisco José da Silva obteve do bispado de Mariana a permissão para construir uma capela em homenagem a Santa Rita de Cássia. Alguns anos depois em 1832 o povoado passou a ser chamado de Santa Rita do Rio Turvo, a construção da capela junto à fertilidade das terras atraiu habitantes dos arredores levando o povoado a crescer e a desenvolver-se. Até meados de 1814 segundo dados da biblioteca do IBGE, ainda existiam remanescentes de tribos indígenas que foram escravizadas para o trabalho no campo.

Estudos do Atlas das representações literárias de regiões brasileiras (IBGE, 2006) mostram que não havia uma zona da mata, mas três. A primeira se caracterizava pelo latifúndio, monocultura de café e escravismo corresponde a zona Sul atualmente

⁸ Política que gerou o extermínio dos indígenas entre 1808 e 1818.

⁹ Processo chamado de civilizatório dos índios pelas ações de catequese e construção de igrejas e aldeamentos sob controle de sacerdotes.

¹⁰ Elevado à categoria de vila com a denominação de Santa Rita do Turvo, pela lei provincial nº 1817, de 30-09-1871, desmembrada dos municípios de Ubá, Ponte Nova e Mariana. Sede na antiga povoação de Santa Rita do Turvo. Constituído de 5 distritos: Santa Rita do Turvo, São Sebastião dos Aflitos de Arrepiados e Curato de Coimbra, desmembrados do município de Ubá; São Miguel do Anta, desmembrado de Ponte Nova e da Barra do Bacalhão, desmembrado de Mariana, subordinado ao município de Ubá. Instalado em 22-01-1873. (Histórico de Viçosa, biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/vicosa.pdf).

conhecida como Juiz de Fora, Mar da Espanha e Leopoldina. A segunda, ou parte Central, atual Viçosa, Visconde do Rio Branco, Ubá, Rio Pomba e Muriaé área majoritária da pequena e média propriedade, policultura e mão-de-obra livre. A última, ao Norte se caracterizava pela baixa densidade demográfica e pouca expressão demográfica.

Segundo dados do IBGE (2006) o recenseamento realizado em 1872, a Mata representava 16,57% da população total da Província e 24,39% da população escrava de Minas Gerais, assim foram se consolidando distintas distribuições fundiárias e participação escrava. As áreas mais distantes da monocultura de café se caracterizavam por possuir menor dinamicidade econômica e, portanto, participação dos escravos nas lavouras. Por volta de 1872 e 1883, a população escrava aumentava em Juiz de Fora, Leopoldina, Cataguases, Mar de Espanha, Rio Novo, Muriaé ao passo que decrescia em Rio Pomba, Rio Preto, Ponte Nova, Viçosa, Ubá e Visconde do Rio Branco. Estes dados ajudam a compreender os caracteres políticos da região ao longo do século XIX.

A Zona da Mata Mineira remonta processos de ocupação e uso do solo distintos, deste modo, não se pode classificar a Zona da Mata como uma área de generalidades. De acordo com Carneiro (2008) os recortes dados aos estudos regionais fazem uso de territórios homogêneos, mas que na verdade alguns municípios são mais representativos quanto às atividades nele desenvolvidas. Desde sua gênese a zona da mata compôs uma área de fronteira econômica em contínua expansão.

Com a abolição do tráfico de escravos em 1850, o trabalho escravista passou a ser substituído por novas relações de trabalho, como os regimes de parceria, empreitada, colonato e trabalho assalariado com a vinda dos imigrantes europeus, já que os cafezais continuavam em expansão e exatamente quando a mão-de-obra estava escassa. (Atlas das representações literárias de regiões brasileiras do IBGE, 2006).

Segundo Geraldo Filho (1997) a atual cidade de Viçosa provavelmente fazia parte do trajeto que os bandeirantes de São Paulo faziam aos núcleos urbanos onde se encontravam as jazidas de ouro. E com a decadência do ciclo do ouro na região acrescida da presença da população de garimpeiros e ex-escravos intensificou-se o processo de migração em busca de novas oportunidades, aliados a política de expansão da Igreja Católica.

Carneiro (2008) ressalta que até o final do século XVIII Viçosa diferentemente da área de Juiz de Fora era habitada por população de baixa renda composta principalmente por pequenos agricultores dedicados ao plantio de arroz, feijão, milho, mandioca, e outros. Em outras regiões como Rio de Janeiro e São Paulo havia oportunidades e iniciativas do setor agrícola e comercial.

Santa Rita do Turvo¹¹, atual Viçosa, nasceu em 1832 pelo padre Diogo Antônio Feijó, Presidente do Conselho da Regência Trina do Império, e foi nomeada município em 1871. Já em 1876 o topônimo foi substituído por Viçosa de Santa Rita, em homenagem ao Bispo D. Viçoso, da Arquidiocese de Mariana. Viçosa se desenvolveu às margens do ribeirão São Bartolomeu afluente do rio Turvo Sujo pela doação de sesmaria ao padre Francisco José da Silva, onde a primeira capela foi edificada ao lado da atual Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia e edificações próximas na atual Rua dos Passos. Sendo assim, a partir de 1813, com a edificação da Igreja em uma área mais plana houve um planejamento de seu entorno com ruas e praça prontas para receber construções para o aumento do arraial.

O povoado de Viçosa nasceu no período Colônia pelo que Valverde (1958) chamava de cidades patrimônio, pois consistiam em doações de terras para um santo padroeiro, onde as dimensões eram bem estabelecidas com o local para a praça e casas

¹¹ Distrito criado com a denominação de Santa Rita do Turvo, pelo decreto de 14-07-1832, lei estadual nº 14-09-1891, subordinado ao município de Ubá. Fonte: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/vicosa.pdf>>.

ao entorno. Desta forma, as primeiras edificações surgiam com o movimento religioso, que por sua vez atraía pessoas e atividades comerciais. Assim, com o passar dos anos de acordo com o aumento de habitantes e de atividades presentes a freguesia foi se transformando em vila, logo em cidade com direito a uma Câmara Municipal.

De acordo com Geraldo Filho (1997), durante o século XIX houve mudanças significativas na estrutura urbana de Viçosa. A cidade começou a se expandir significativamente em direção à fazenda Conceição onde foram perdendo prestígio aquelas feições de cidade colonial e foi surgindo planos de largas avenidas inspiradas no urbanismo do início da construção de Belo Horizonte, da Capital Rio de Janeiro e até mesmo de Paris. Neste sentido, o urbanismo sanitarista vigente na época repudiava as cidades estreitas, escuras e mal cheirosas. Contudo, o planejamento de ruas largas pautadas neste modelo moderno, como é a Avenida Santa Rita, criou oportunidades para o surgimento de espaços segregados, pois os terrenos envolvidos pela Avenida foram negociados com pessoas de posses que poderiam construir rapidamente como era o desejo da administração, desta forma, parcelas da população foram descartadas deste plano urbanístico, tendo que ir a busca de novos espaços.

Vista da Av. Santa Rita partindo da atual Rua Padre Serafim



Figura 2. Fonte: <http://www.vicoso.mg.gov.br/>

Foi nesta época que a prefeitura lançou mão do Imposto Predial, este limitava as áreas urbanas e demandava que as pessoas obtivessem uma licença antes de iniciarem a construir. Todavia, foi com a construção da estrada de ferro em 1884 que a cidade obteve nova dinâmica, pois a estrada ocupava as partes planas de Viçosa e a população por sua vez se direcionou primeiramente a ocupação dos vales. Além disso, a estrada de ferro movimentou o comércio e atraiu novos habitantes. É interessante ressaltar que a cidade até os dias atuais guarda marcas da diferenciação de áreas ocupadas segundo a posse econômica. Por exemplo, em algumas partes do centro da cidade pode ser observado a presença de casarões da elite cafeeira, enquanto em outros pontos, como a Rua Gomes Barbosa, eram ocupadas por segmentos de baixa renda com arquitetura marcada por casas térreas.

A estrada de ferro, marco na formação da cidade, é na década de 20 do século XX substituída por outro grande marco, a construção da atual Universidade Federal de Viçosa. A universidade constitui um fator determinante de direção da expansão da

cidade, porque condicionou fortemente o crescimento da cidade em sua direção, causando deste modo, uma divisão entre cidade e universidade. O processo de construção da UFV não se deu como um processo isolado, esta fazia parte segundo France Coelho (2005) de um processo de profissionalização agrícola no Brasil. Segundo a autora, “as escolas agrícolas permitiram definir certos *habitus* para um grupo de indivíduos, que passou a existir como distintos a partir de um processo escolar de socialização de conhecimentos e valores agrários” (p.31). Havia, portanto, não só uma grande estrutura física, uma “muralha” entre cidade e universidade, mas também um obstáculo social quanto ao uso deste espaço. Prova disto foi a construção da Vila Giannetti nos moldes dos subúrbios americanos a fim de abrigar os professores americanos e poucos professores brasileiros que atuavam como professores na ESAV (Escola superior de agronomia e veterinária).

Nas palavras de Silva (1997) com o declínio da economia cafeeira Viçosa também passou por um período de estagnação econômica, em 1950 a população era de trinta e seis mil habitantes, sendo que seis mil residiam nas áreas urbanas, ou seja, a população era majoritariamente rural. Viçosa possuía seis bairros até então, o centro, Lourdes, Conceição do Carmo, Bela Vista e Pau de Paina, os dois últimos ainda rurais. No entanto, a economia baseada na agricultura permaneceu e por isso, mesmo com a modernização que começou a ser transferida para o campo, o êxodo rural não foi imediato, mas décadas depois em 1970 concretizando um forte movimento de urbanização.

A partir desta década, ainda segundo Silva (1997) a expansão no sentido horizontal e vertical se tornou expressiva. A federalização da universidade criou demandas de funcionários, aumento das vagas para estudantes, que por sua vez criou demandas de prestação de serviços como atuação imobiliária. Deste modo, as pessoas

com maior poder aquisitivo continuam ocupando a porção central da cidade e os demais se lançam em direção aos bairros periféricos. Esta tendência se tornou mais expressiva anos depois causando prejuízos ambientais como poluição dos recursos hídricos, adensamento de áreas impróprias para a ocupação como encostas, comprometendo a qualidade de vida da população.

O município de Viçosa¹² está inserido na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, e possui três distritos: o distrito sede, Silvestre e Cachoeira de Santa Cruz.. O município faz limites ao norte com os municípios de Teixeira e Guaraciaba, ao sul com Paula Cândido e Coimbra, a leste com Cajuri e São Miguel do Anta e a oeste com Porto Firme, constituindo uma área territorial de 299,40 km². Sua população é de aproximadamente 70 000 habitantes, sendo que cerca de 90% reside na área urbana do município. (IBGE, 2007).



Figura 3– Município de Viçosa e cidades pertencentes à microrregião de Viçosa (MG)
Fonte: < <http://www.vicoso.mg.gov.br/>>

A cidade de Viçosa se insere no domínio dos Mares de Morros de acordo com a classificação de Ab'Saber (1996) para os domínios morfoclimáticos do Brasil. Em

¹² Está a uma altitude de 648,74 m e com coordenadas geográficas 20°45'14" latitude sul e 42°52'54" longitude oeste, e ocupa uma área de 299,40 km² (IBGE, 2007).

especial sobre o prolongamento da Serra da Mantiqueira e suas águas são drenadas para a Bacia do Rio Doce, possui relevo bastante diverso, sendo 85% montanhoso, 12% ondulado e 3% plano. Os solos são latossolos amarelos nos topos de geomorfologia convexos, latossolos vermelhos nas encostas elevadas, argissolos nas áreas de terraços e neossolos ou vertissolos nos vales. (CARNEIRO, 2005).

Paisagem de Mar de Morros.



Figura 4. Fonte: <http://www.vicosa.mg.gov.br/index.php>

O clima da região é, segundo a classificação de Köppen, do tipo Cwb - clima tropical de altitude com verão chuvoso e temperaturas amenas. Tem como particularidade fortes oscilações de temperaturas ao longo do dia.

A vegetação original da região é do tipo floresta tropical subperenifólia e pertence ao ecossistema da Mata Atlântica. No entanto, ela foi fortemente substituída pelo cultivo do café. Atualmente, a cobertura vegetal predominante é o capim gordura, com manchas descontínuas de sapé. As matas secundárias ocupam os topos das elevações, formando capoeiras interruptas e a também pontos de cultivo do eucalipto. (www.vicosa.mg.gov.br).

A rede hidrográfica de Viçosa é pouco expressiva, seu principal curso d'água é ribeirão São Bartolomeu, afluente do rio Turvo Sujo. Outros córregos que compõe a bacia do São Bartolomeu são os córregos do Engenho, Palmital, Paraíso, Machados, das Posses e Araújo.

Tendo em vista as condições físicas de Viçosa e não exclusiva desta já que a Zona da Mata em geral se caracteriza por estar no domínio de mares de morros, percebe-se que ao longo dos anos a urbanização trouxe impactos ambientais e sociais atualmente conflitantes para a sociedade. Historicamente, os dispositivos legais para loteamentos, instalação de rede de água e de esgoto, pavimentação, calçada de pedestres, entre outros foram desrespeitados acarretando, segundo Filho (1997) perda dos espaços públicos pela apropriação do espaço privado em cumplicidade com o poder público. Deste modo, a expansão da cidade se deu de forma espontânea, posteriormente os locais ocupados eram nomeados bairros por meio de leis¹³ e quando possível recebiam infra-estrutura. A população foi, portanto, ocupando as encostas, margens de rios, etc, justamente áreas desvalorizadas no mercado imobiliário e consideradas áreas de risco. É neste cenário geomorfológico que se instalam as populações expulsas no processo de especulação imobiliário.

Entendemos que o surgimento dos problemas ambientais muitas vezes decorrentes do processo histórico de uso e ocupação do solo no meio urbano não devem ser entendidos somente sob a ótica do meio físico. Os impactos ambientais são também impactos sociais. Para Costa (2002), na “prática grande parte das questões são de fato, simultaneamente, sociais e ambientais, ainda que não sejam de fato formuladas como tal” (p.2). Segundo Grostein (2001), o modelo de urbanização brasileiro imprimiu fortes componentes de “insustentabilidade” urbana caracterizando grande perda da qualidade

¹³ Criação do bairro Bom Jesus pela Lei no 508/68 de 18/06/1968.

de vida devido a loteamentos ilegais, as casas autoconstruídas. De fato esta insustentabilidade é consequência da falta de componentes físico-urbanísticos relacionados à

“[...] forma de ocupar o território; a disponibilidade de insumos para seu funcionamento (disponibilidade de água); a descarga de resíduos (destino e tratamento de esgoto e lixo); o grau de mobilidade da população no espaço urbano (qualidade do transporte público de massa); a oferta e o atendimento às necessidades da população por moradia, equipamentos sociais e serviços; e a qualidade dos espaços públicos” (GROSTEIN, 2001).

Deste modo, as cidades com territórios marcados pela falta de organização e falta de serviços como os citados, bem como, consequências destes, são provenientes entre outros elementos, da ação do poder público somado as consequências da estrutura político-econômica vigente que, portanto são propulsoras de conflitos latentes.

O conceito de urbanização está para além do aumento populacional, mas das consequências deste, como exemplo, a difusão de um novo modo de vida que se dá com o crescimento das cidades baseado no consumo, entretenimento, lazer e outras demandas. Por conseguinte, para falar sobre a urbanização de uma sociedade deve-se remeter não somente ao ritmo de crescimento populacional e físico das cidades, mas também deve-se atentar para a irradiação de um novo modo de vida e seus impactos no cotidiano das pessoas.

A partir da década de 1970 principalmente, segundo Geraldo Filho (1997), houve um forte aumento da população de Viçosa promovido pelo êxodo rural com a chegada de muitos migrantes. O crescimento populacional pressionou a expansão vertical da cidade por meio de construções de novas edificações, principalmente na área central, como na Avenida P. H. Rolfs, nas ruas Vereador José Valentino da Cruz, Dr. Milton Bandeira e Senador Vaz de Melo, na praça Silviano Brandão. Essa situação promoveu ainda a expansão horizontal do município com a abertura de novos

loteamentos, em geral locais de fácil acesso para a população de baixa renda, como é o caso dos bairros Bom Jesus e Santo Antônio.

Segundo Grostein (2001) o avanço da urbanização em si não constitui em um problema, mas sim o modo como se deu, já que acabou por gerar um processo de construção de uma cidade formal e ainda informal. Sendo a “cidade ilegal” aquela desprovida de infra-estrutura e serviços suficientes e abdicada pela atuação pública, ou seja, a cidades dos pobres e dos excluídos. Para Costa (2002), o resultado das cidades sem leis em geral são periferias com altos índices de violência, poluição dos mananciais, etc e principalmente a construção de moradias irregulares em áreas ambientais frágeis como as margens dos corpos d’água, encostas íngremes, mangues, fundo de vales e áreas de proteção ambiental. Este fator é gerador de conflitos socioambientais ao passo que pode acarretar a degradação das áreas ocupadas, problemas de saúde à comunidade e o jogo de interesses entre a população que investiu suas poucas economias na moradia imprópria e o poder público que não as auxiliou durante este processo e mais tarde tenta realizar a retirada das pessoas daquela área.

A acelerada urbanização por meio de uma mediação fragmentada do setor público como gestor do território leva ao agravamento de conflitos socioambientais no meio urbano. Estes conflitos são causados e mantidos pela ação individual dos órgãos responsáveis, isto é, o órgão responsável pelo setor de fornecimento de água não responde pelo uso e ocupação do solo nem pelo saneamento, não existe em grande parte das cidades brasileiras, assim como em Viçosa, uma gestão compartilhada dos setores públicos.

Destarte, tal processo de urbanização e ausência do poder público, segundo Costa (2002) tem como consequências a exclusão social, o agravamento das práticas ambientais predatórias como erosão do solo, enchentes, desmatamento, poluição dos

mananciais, etc., que demonstra a incapacidade do Estado de controlar e fiscalizar o uso e ocupação do solo e ainda um descaso com os problemas socioambientais. Sendo assim, como sugere um dos moradores do bairro, uma forma de ação preventiva aos conflitos socioambientais urbanos no Bom Jesus seria a regularização dos loteamentos.

Com base nas informações obtidas por meio da observação participante e dos questionários, a regularização dos loteamentos é de interesse da população, pois o uso não planejado do solo tem trazido consequências danosas para a população como avenidas mal planejadas que concentram grande volume de água e se tornam em pontos de enchentes, casas em risco constante de desmoronamento, ruas sem identificação, lotes sem registros que refletem o oposto da “cidade legal¹⁴” que recebe investimentos públicos e onde se concentra o poder.

É importante esclarecer que os conflitos tratados são mais comuns nas áreas menos favorecidas, onde o poder público não atua de forma efetiva, por isso, cria condições para que os problemas se agravem. Em geral quando se trata de comunidades carentes surgem problemas como escoamento superficial das águas das chuvas, desabamento, desmoronamento de casas nas áreas de risco. (COSTA, 2002). Já se tratando da ocupação de áreas com as mesmas características físicas, porém ocupadas por uma parcela com maior poder aquisitivo, os problemas se tornam menores, pois a população possui condições de arcar com os custos da infra-estrutura necessária quando não atendidas pelo setor público.

Além disso, a população melhor instruída utiliza do poder de barganha e consegue por meio de reivindicações e de negociações a instalação de infra-estruturas, no entanto, pessoas com maior poder aquisitivo têm ocupado áreas de risco. Deste modo, segundo Costa (2002) “a produção de saberes, discursos e verdades ocorre

¹⁴ Os limites do legal e do ilegal são definidos pelas leis e conforme as técnicas disponíveis financeiramente.

sempre vinculado a formas de hegemonia social, econômica e cultural” (p.5). Assim, pretende-se evidenciar que os conflitos socioambientais têm como uma das principais causas a ação fragmentada do poder público que atendem somente parcelas da população.

A urbanização, na maioria das cidades brasileiras não excluindo Viçosa, possui grandes problemas que se associam a pobreza e a segregação residencial. A pobreza não está limitada ao ambiente urbano, contanto, a pobreza urbana apresenta peculiaridades do espaço urbano, ao definir modos de organização e expressão espacial (favelas, periferias pobres, áreas de obsolescência pelas estratégias de sobrevivência dos segmentos sociais (comércio ambulante, adesão à criminalidade e ao tráfico de drogas), que a ela se vinculam.

Outra dificuldade está relacionada à segregação residencial, resultado de fatores como a pobreza, preconceito que vem aumentando entre os segmentos sociais das cidades brasileiras, levando a polarização social e fragmentação sócio-política do espaço urbano. Como afirma Bichir (2009, p.5) “o Estado tem forte influência na produção desses espaços segregados, pois sua atuação no ambiente construído, por meio de investimentos em infra-estrutura e em outros equipamentos públicos, gera valorizações de certas áreas e desvalorização de outras”. Estes fatos são intensificados pela ação do Estado quando este age seletivamente dotando certas áreas com infra-estrutura urbana privilegiando parcelas da população.

Como consequência das escolhas políticas no planejamento, Viçosa cresceu e se desenvolveu com projetos de planejamento parciais, isto é, que contemplaram trechos da cidade como parte central, enquanto outros lugares permaneceram sem nenhum tipo de ação planejada. Isto representa um grande ônus para o meio ambiente e para a

sociedade atualmente, como por exemplo, a ocupação de área de APP¹⁵ que é muito comum na cidade. No entanto, esta não é uma característica única da cidade de Viçosa. Segundo Carneiro (2005), este fato ocorreu em diferentes cidades no Brasil ao passo que se configurou a crise de 1990¹⁶ aumentando o desemprego, a pobreza e o esvaziamento de muitas áreas rurais. Esta corrente de eventos ocasionou crises nas cidades pela pressão de população e de crescimento desordenado. Desta forma, a especulação imobiliária veio crescendo e gerando disparidades nos espaços urbanos da maioria das cidades brasileiras.

Sendo assim, o processo de ocupação das cidades pela ação do setor imobiliário levou os mais pobres e desfavorecidos a se arrisarem nas áreas menos valorizadas constituindo, portanto, um problema socioambiental. Em outras palavras, o problema das cidades brasileiras e da cidade de Viçosa em especial, é resultado da falta de planejamento e de órgãos reguladores do espaço urbano, deixando este papel a cargo do mercado.

Segundo Carneiro (2008), com a expulsão das pessoas sem posses para áreas de risco, estas muitas vezes constroem domesticamente suas casas em locais de risco, como encostas, por exemplo, por serem áreas mais acessíveis financeiramente. Geraldo Filho (1997) destaca que por volta de 1950 houve um grande número de loteamentos irregulares em Viçosa devido à segregação sócio-espacial¹⁷. Sendo assim, a cidade,

¹⁵ O Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15/09/65, alterada pela Lei nº 7.803, de 8/08/93), no seu Artigo 2º, define como Áreas de Proteção Permanente locais onde devem ser mantidas todas as florestas e demais formas de vegetação natural. Estes locais foram definidos como de proteção especial pois representam áreas frágeis ou estratégicas em termos de conservação ambiental, não devendo ser modificadas para outros tipos de ocupação. A manutenção da vegetação natural nestes locais contribui para o controle de processos erosivos e de assoreamento dos rios, para garantir qualidade dos recursos d'água e mananciais e para a proteção da fauna local. <http://www.apadescalvado.cnpm.embrapa.br/protECAo.html>

¹⁶ Crise cambial nos países emergentes.

¹⁷ Cidade fragmentada e valorizada de maneira diferente conforme os interesses do capital.

desta forma não cumpre a sua função social, pois vem respondendo apenas a interesses financeiros e imediatistas.

Segundo entrevistas realizadas no Instituto de planejamento do município de Viçosa (IPLAM) instituído no ano de 2000, o processo de ocupação do Bairro Bom Jesus se deu lentamente, de forma paralela à construção da Universidade Federal de Viçosa. Segundo José Luiz Braga¹⁸ o bairro foi construído contemporâneo à expansão da UFV, o que atraiu muitos moradores da zona rural e de outras cidades que desejavam trabalhar na Universidade. No entanto, a UFV não absorveu toda mão-de-obra disponível no bairro Bom Jesus e na cidade de Viçosa. Nesse período a área que hoje compreende o bairro era menos problemática, anteriormente, da rua Gomes Barbosa até o final da rua Santa Rita existia uma fazenda, desta forma, o bairro consistia em um loteamento em uma área rural.

Com a especulação imobiliária e a valorização das áreas o sítio foi dividido em loteamentos que foram posteriormente ocupados. Até então, o bairro não constituía uma fonte de problemas socioambientais como atualmente. Dessa forma, muitas pessoas começaram ocupar os topos de morros e encostas da cidade, expandindo os limites territoriais. No bairro Bom Jesus esse processo ocorreu com muita intensidade, e hoje a ocupação irregular atinge 60% do bairro.

Em algumas áreas de APP foram construídas casas, contribuindo para o agravamento de problemas infra-estruturais e ambientais. Áreas de risco também foram ocupadas, revelando moradias precárias e com falta de assistência no bairro.

Durante o trabalho de campo foi possível identificar três Bom Jesus e não somente um, ou seja, o bairro pode ser dividido segundo seus níveis de organização e

¹⁸ Engenheiro arquiteto do IPLAM e membro do CODEMA em 03/2010.

proficiência de serviços básicos. Como o bairro se inicia numa área de relevo mais suave e se estende a uma área de “morro” o bairro acabou sendo fragmentado conforme a característica física que ocupa. A parte baixa do bairro e de relevo menos acidentado as ruas são largas e não identificamos conflitos latentes como na parte alta ou íngreme do mesmo bairro. De acordo com José Luiz, na parte baixa do bairro atua a especulação imobiliária, haja vista que muitos investimentos privados são realizados nessa área, além de também se diferenciar pela manutenção de certa infra-estrutura do poder público. Nessa parte do bairro, moram muitos estudantes, políticos, professores, o que também confere um maior status, e, portanto um indício de segregação urbana.

Conforme José Luiz Braga, o modelo de crescimento de Viçosa foi parecido com as demais cidades brasileiras (a exemplo das favelas do Rio de Janeiro). Através da política de valorização do trabalhador criada por Getúlio Vargas, houve uma maior facilidade para criação de bairros operários. Outro fato interessante conforme a lei do Inquilinato que contribuiu para a ocupação irregular, pois dava posse da propriedade aos inquilinos que não conseguiam pagar os alugueis. Nesse período muitos proprietários do Bom Jesus começaram a destruir suas propriedades para não perdê-las.

Com o crescimento da cidade, a parte alta do Bairro, principalmente, foi crescendo cada vez mais sem nenhum tipo de planejamento municipal. A área do bairro foi ocupada e só posteriormente os serviços públicos como fornecimento de água, calçamento e iluminação eram efetuados. Sendo assim, as ocupações foram ocorrendo de um modo desordenado e gerado outros problemas como insegurança pública, eventuais enchentes e desabamentos.

O Bom Jesus foi nomeado Bairro pela lei número 508/68 datada de 18/06/1968, local onde se encontram as ruas Nossa Sra. das Graças, Manoel Clemente; Dom Viçoso,

rua São Pedro, Nossa Sra. Aparecida; todas próximas ao bairro da Conceição, como pode ser observado na imagem abaixo. O bairro, portanto foi delimitado segundo os limites dessas ruas, no entanto, hoje não se tem controle sobre o tamanho do bairro e muito provavelmente seus limites foram extrapolados.

Início da urbanização no bairro Bom Jesus



Figura 5. Fonte: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-br&tab=w1> (2010).

A parte alta do bairro se caracteriza pela área que concentra todos os conflitos do bairro, a forma pela qual as moradias estão distribuídas, a falta de espaços entre elas, a ausência de ruas e a presença de corredores que interligam áreas, dificulta o acesso da polícia. De acordo com José Luiz Braga a forma de organização desta parte do bairro confere a bandidos certa proteção, devido à dificuldade de acesso a determinados pontos do bairro. Conforme o arquiteto, o bairro Inconfidente assume um histórico de ocupação diferenciado, sendo o mais regularizado de Viçosa. No Brasil, muitas vezes os

problemas são resolvidos através de soluções políticas imediatas, porém na maioria das vezes o problema é urbanístico.

Segundo Edson Leite¹⁹, há uma posição diferenciada com relação ao poder público de Viçosa, isto é, muitos problemas ocorrem devido à própria desorganização da gestão do poder público, muitos departamentos não possuem capacitação necessária para uma boa administração pública. Além disso, o jogo de interesses e atuação de núcleos de poder privado ditam as regras da cidade, fato observado na maior parte dos municípios brasileiros.

Os problemas das várias áreas que são ocupadas de forma irregular se apóiam nas brechas das leis, e, sobretudo no poder aquisitivo do capital. Sendo assim, o IPLAM, como não se caracteriza por um órgão fiscalizador, não compete a ele tal papel, e ainda o órgão tem poucos poderes de atuação, e trabalha segundo solicitações de setores da prefeitura e sua função segundo a Lei N 1.410/2000. Criado recentemente esse órgão realiza pequenas obras de acessibilidade, alvarás de ocupação e atua como um controlador dos problemas urbanos. E quanto aos problemas sócio-ambientais a responsabilidade fica a cargo CODEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) e o IEF (Instituto Estadual de Florestas) que detém poder de fiscalizar e outorgar.

É muito recente a criação dos órgãos públicos em Viçosa, bem como no Brasil como um todo, por isso os problemas ambientais, sociais e urbanísticos se agravaram. Esses problemas possuem a sua raiz na forma de ocupação da cidade que atualmente revela um caos urbano, portanto, a prioridade de solução e/ou muitas vezes a execução de medidas paliativas são direcionadas para os locais onde os problemas estão mais graves. Atualmente não se tem conhecimento de loteamentos irregulares, e como não há

¹⁹ Assessor de planejamento do IPLAM e Geógrafo em 03/2010.

fiscalização as áreas de risco recebem atenção quando existe alguma solicitação por parte da população na Defesa Civil. Lembrando que não existe um programa de fiscalização, mas que o poder público não desconhece os problemas do bairro, visto ser o bairro mais populoso e que mais demanda ações corretivas. Na faixa que compreende a parte alta e declivosa do bairro, onde há concentração de moradias em áreas de risco - topos de morros que constitui área de APP - os moradores não são proprietários da terra e não possuem cobertura dos serviços públicos. Ao mesmo tempo, segundo o mesmo, existe uma busca por maior legitimidade dos órgãos públicos e tentativa de trabalhar medidas que visem corrigir estes problemas, contanto, trata-se de um processo lento e complexo.

Além disso, Edson Leite explicou sobre o histórico do bairro que se desenvolveu como anteriormente mencionado paralelo à construção da universidade e que a partir disso, o aumento expressivo e espontâneo das moradias configurou o território desordenado. E os problemas não foram entendidos como relevantes ao longo das administrações públicas de Viçosa e não será em uma única administração que será resolvida, mas muito pelo contrário se trata de um problema estrutural a ser resolvido por Viçosa e pelo Brasil ao longo de anos. Mas ele aponta que se deve tentar minimizar o ônus no meio urbano e impedir que os problemas se agravem e se multipliquem.

Capítulo 3. UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO BAIRO BOM JESUS - VIÇOSA/MG

Como mencionado anteriormente, esta pesquisa só foi possível devido ao apoio recebido pela associação dos moradores do Bom Jesus, uma parceria firmada no início deste ano com o projeto de extensão realizado no bairro.

A associação de moradores do bairro é uma associação formal com eleições a cada dois anos organizadas e realizadas pelos próprios moradores. Na última votação contou com a participação de quinhentos moradores. Trata-se de um número relativamente expressivo para o bairro, em torno de seis mil moradores, tendo em mente as dificuldades em se divulgar e incentivar a população a participar. A associação atualmente busca realizar trabalhos e parcerias que possam proporcionar serviços prestados ao bairro, como por exemplo, o dia da cidadania, onde organizações como o *Lions Club*, que organizou um dia de retirada de identidade, carteira de trabalho, corte de cabelo entre outros de forma gratuita. Também visa fortalecer eventos e atividades como a Pastoral da Criança, Grupo de Jovens, desfile com apresentação de fanfarra pelas crianças e adolescentes, dia do “bota fora” de garrafas *pets* no bairro, parceria com os agentes de saúde pública, e programas do governo como o *projovem*²⁰. Além disso, são realizadas reuniões entre os componentes da associação onde são discutidos os problemas do bairro e buscam junto com vereadores e participação de reuniões com representantes da câmara municipal a concretização de projetos para o bairro.

²⁰ Lei Nº 11.129, de 30 de junho de 2005, institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 05/11/10.

Segundo o presidente da associação de moradores do bairro Bom Jesus, a associação busca trazer melhorias para o bairro por meio de reivindicações em projetos arquitetônicos, e verbas a serem gastas na construção de ruas, captação das águas de chuvas, manutenção de serviço de atendimento médico, retirada das pessoas de área de risco e realocação dessas pessoas, entre outras obras. No entanto, segundo o mesmo existe uma grande dificuldade de comunicação com os órgãos responsáveis acrescido da cobrança dos mesmos pela apresentação de projetos para a votação na câmara dos vereadores, assim, a associação fica à mercê da vontade dos políticos, pois a associação tem dificuldades para a criação de projetos.

Dentre os problemas enfrentados pela associação para a confecção está a estrutura física com equipamentos necessários para a elaboração de projetos arquitetônicos, o conhecimento necessário para manipulação de computadores e programas específicos utilizados por engenheiros e arquitetos e mesmo que a associação ainda contasse com alguém que pudesse se responsabilizar com a parte de construção de projetos ainda iria faltar condições financeiras para a compra do material necessário (computadores, etc) e para o pagamento do serviço de criação de projetos.

Como exposto anteriormente as entrevistas realizadas no Instituto de Planejamento Municipal de Viçosa não se responsabiliza pela realização e implementação de projetos, porque o IPLAM visa a fiscalização das obras. Deste modo, a cidade ainda não conta com um órgão que de fato pense a melhoria do espaço urbano e sua expansão.

O questionário visou identificar o perfil dos moradores do bairro, para que seja possível a partir das características dos entrevistados, compreender a relação dos principais problemas apontados pela comunidade e verificar o perfil dos moradores.

Dentre uma amostra de quarenta questionários aplicados 55% eram do sexo masculino e 45% do sexo feminino, destes a faixa etária mais representativa foi entre 20 e 30 anos, seguido pela de 45 anos de idade, como ilustra o gráfico a seguir.

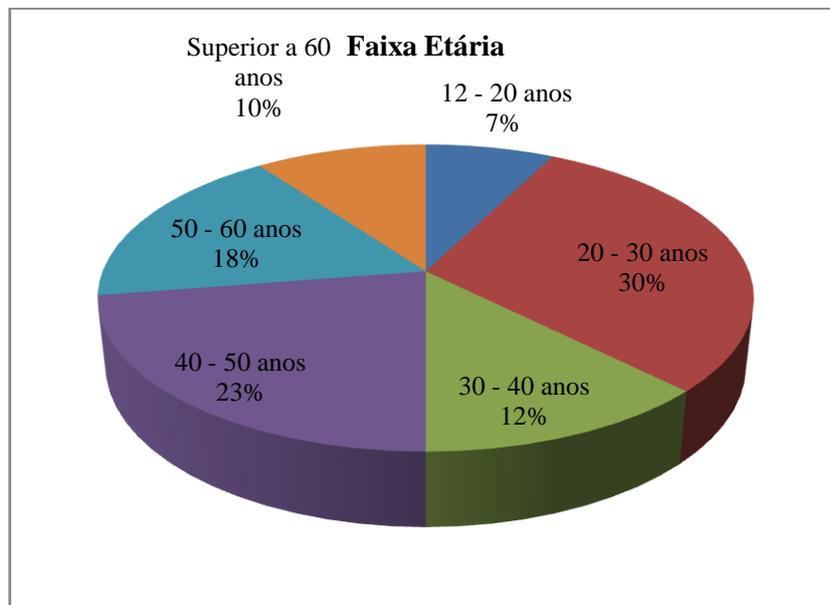


Gráfico 1. Faixa etária. Pesquisa 2010, Org. própria (2010).

Os moradores do bairro em sua maioria são empregados com carteira assinada representando um montante de 40%, 20% de desempregados e 25% de trabalhadores informais. De acordo com Lelis (2008) as atividades informais, especialmente o comércio informal, são decorrentes dos diferentes perfis de trabalhadores e não especialmente pelos trabalhadores estarem aquém das exigências do mercado.

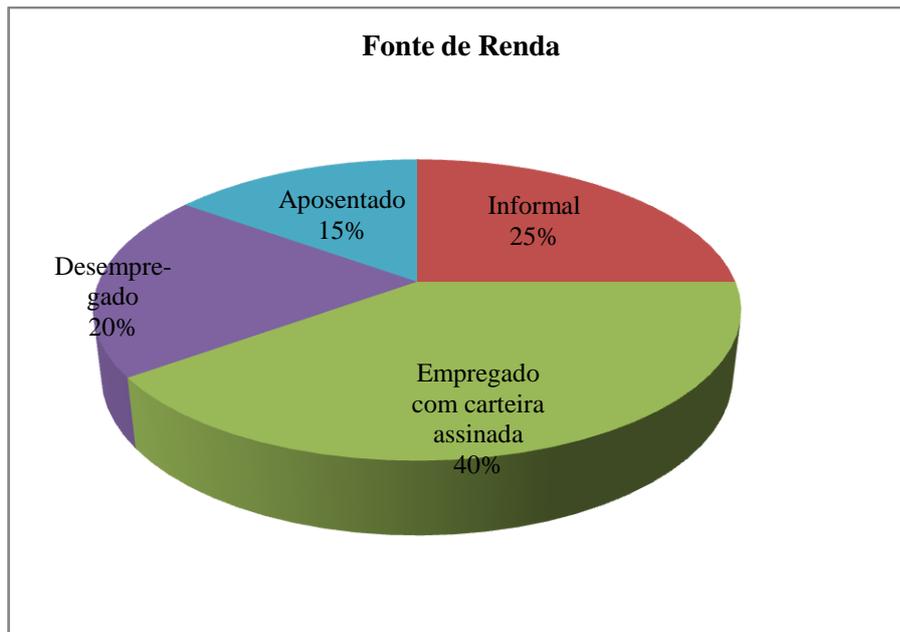


Gráfico 2. Fonte de renda. Pesquisa 2010, Org. própria (2010).

As pessoas que trabalham tanto com carteira assinada e informalmente somam 65% e declararam ter que trabalhar mais de oito horas por dia para poder se sustentar. Dentre os empregados, desempregados, trabalhadores informais e aposentados, 60% afirmaram terem filhos para sustentar e 52% consomem até um salário mínimo, 32% mais de um salário mínimo e com um número expressivo, 13% não conta com um salário mínimo por mês.

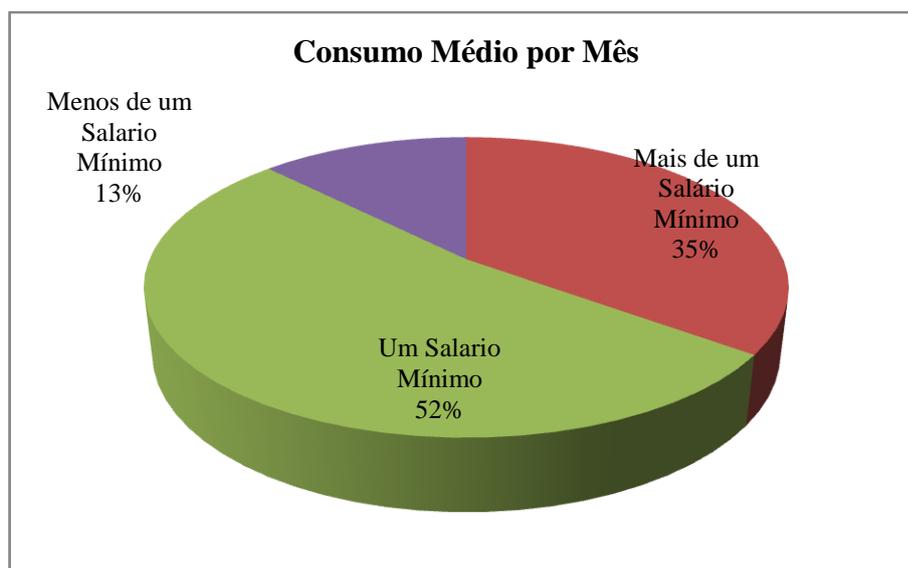


Gráfico 3: Consumo médio por mês. Pesquisa 2010, Org. própria (2010).

É importante salientar que 15% dos entrevistados contam com ajuda do governo para o seu sustento por meio de programas assistenciais como, por exemplo, o bolsa família²¹. Além disso, o questionário possibilitou identificar que 40% dos entrevistados possuem algum problema de saúde e precisam de acompanhamento médico.

A análise do questionário possibilitou indicar que para a amostra de 40 pessoas, 20% de desempregados, 13% consomem menos de um salário mínimo, 15% são dependentes de programas do governo, 40% declararam possuir algum problema de saúde são números expressivos que a população está à margem de índices desejados.

Outro dado importante diz respeito aos problemas do bairro apontados pela população. Com o intuito de facilitar a entrevista, no questionário foram apontados alguns problemas que durante os trabalhos de campo e reuniões com a associação de moradores foi possível identificar. O gráfico abaixo menciona tais problemas.

²¹ Trata-se de um programa de gestão descentralizada, em conjunto com os entes federados, estabelecido no Art. 8º, da Lei nº 10.836, de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17/09/2004.

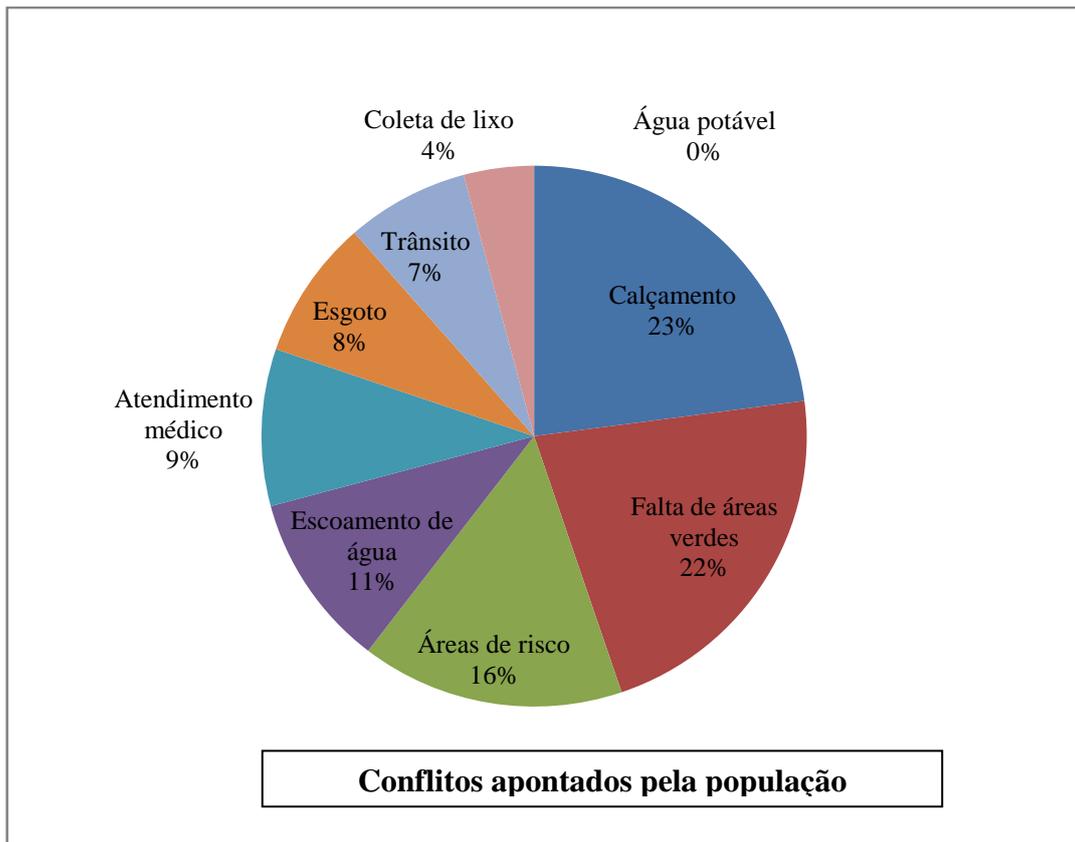


Gráfico 4. Conflitos apontados pela população. Pesquisa 2010. Org. própria (2010).

- Calçamento

De acordo com o resultado da aplicação do questionário a população identificou o calçamento como o principal problema do bairro. Este fato está relacionado, não somente a áreas com calçamento precário, com buracos, mas calçamento com desníveis acentuados, desigualdade quanto a largura das ruas, grandes aberturas em trechos de algumas ruas com até 1 metro de largura e até 1,5 m de profundidade e também a vários trechos onde a rua não existe devido a construção de casas “amontoadas”. Segundo as visitas de campo ao bairro, pode-se constatar que em vários trechos o acesso às casas é feito por pequenos corredores de difícil transição e outros locais onde o acesso é feito por escadas de terra, conforme ilustra as fotos a seguir.



Figura 6. Acesso às casas de moradores no bairro Bom Jesus.
Foto: Elenice A. Coutinho, 2010.

A falta de calçamento ou de um calçamento adequado é foco de grande preocupação dos moradores e segundo Almeida e Ferreira (2008) as calçadas e o tipo de calçamento das ruas exercem grande importância no cotidiano das pessoas além de desempenhar um papel muito importante no conjunto urbano. É destacado por estes autores que a construção de pavimentos permeáveis deve ser:

“[...] um tipo de construção que respeita o meio ambiente, em que se utilizam pavimentos permeáveis, uma arborização urbana adequada, canteiros de jardim ou de gramas, que contribuem para a infiltração da água da chuva e recarga do lençol freático, diminuindo assim os problemas enfrentados pelas metrópoles no que se refere a enchentes e suas conseqüências, um fenômeno bastante comum nas cidades brasileiras” (op.cit., p.1)

Deste modo, compreende-se que os reclames da população quanto à forma e tipo de calçamento das ruas influencia no acesso das pessoas nos locais e em problemas como enchentes e escoamento superficial das águas das chuvas, o que de acordo com Rodrigo e Almeida podem ser amenizados por obras que priorizem a infiltração da água e resultam em benefícios sócio-ambientais.

- Falta de áreas verdes

Em segundo lugar a população apontou a falta de áreas verdes, como praças, jardins, hortas, entre outros, como um problema relevante do bairro, o que pode ser explicado pelo fato do bairro ser populoso e carecer de espaços públicos onde as pessoas possam passear, levar as crianças para brincar, enfim um local que proporcione o encontro das pessoas, o lazer ou ainda pelo fato de Viçosa apresentar certos hábitos e paisagens rurais. Observe a imagem abaixo.

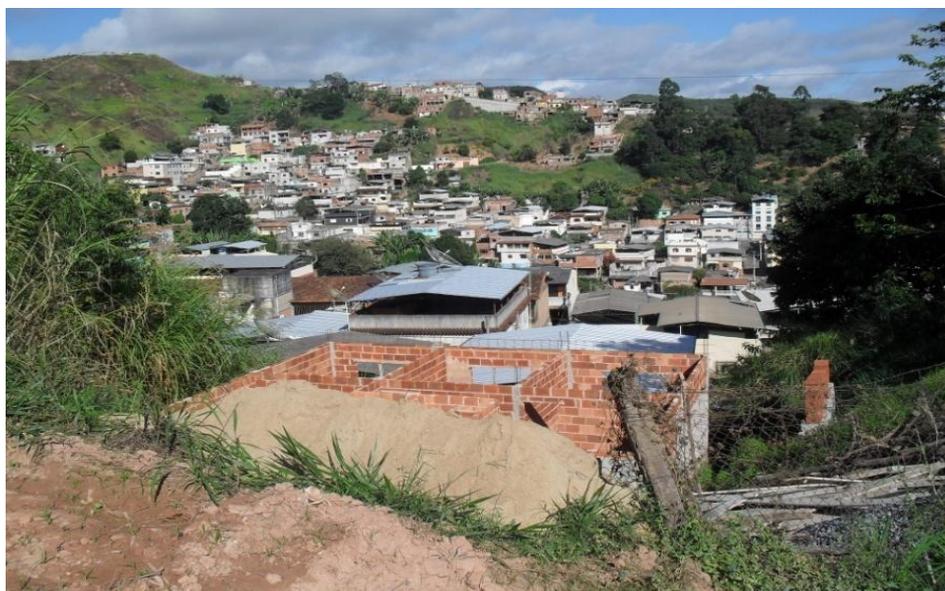


Figura 7: O bairro densamente povoado não conta com áreas destinadas ao lazer/ espaços públicos, ou áreas verdes. Foto. Elenice A. Coutinho, 2010.

Este dado foi sem dúvida muito importante, pois foi possível verificar junto à população o que estudiosos já afirmaram sobre o valor das áreas de lazer. Segundo Garcia (2007) com a redução da jornada de trabalho em comparação com séculos anteriores os ideais sobre a importância do lazer no contexto social e econômico já são comprovados, especialmente porque as oportunidades de lazer indicam melhora na qualidade de vida, diminuição de índices de violência e ainda movimentam a economia. No entanto, estes espaços raramente fazem parte do contexto de bairros periféricos e

áreas mais pobres, pois segundo Pereira e Silva (s/d) isto é “resultado de uma organização social e política altamente concentradora de renda, bens e serviços nas mãos de uma elite” (p.4). No entanto, Viçosa não conta com espaços públicos destinados ao lazer, portanto não se trata de um problema em particular do bairro, mas de toda a cidade.

- Áreas de risco

As áreas de risco, com 16%, foram consideradas o terceiro mais relevante conflito do bairro, problema este que poderia apresentar maiores porcentagens se esta pesquisa tivesse sido realizada durante o período de chuvas, época em que as áreas de risco viram manchetes dos jornais locais, com destaque para as habitações que desabam, são interditadas pela defesa civil, por mortes decorrentes de acidentes, enchentes e pessoas que ficam desabrigadas²².

²² Para maiores detalhes ver COUTINHO, Elenice; AMORIM, Carina, FIALHO, Edson. As alterações climáticas e o crescimento desordenado das cidades: um estudo de caso da cidade de Viçosa-MG. XIII Simpósio brasileiro de geografia física aplicada – UFV. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos_expandidos/eixo2/004.pdf>. Acesso em: 20/10/11.



Figura 8. Algumas das casas em áreas de risco do Bom Jesus. Foto Elenice A. Coutinho, 2010.

Para Alves (2006), a ocupação de áreas de risco é consequência da vulnerabilidade socioambiental, definida pela “coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais muito pobres e com alta privação (vulnerabilidade social) e áreas de risco ou degradação ambiental (vulnerabilidade ambiental)” (ALVES, 2006, p.1). Além disso, um estudo realizado por Adriana Coutinho (2006) concluiu que os principais fatores agravantes das áreas de risco do município de Viçosa, inclusive para o bairro Bom Jesus, apontaram as baixas condições materiais das famílias, as condições construtivas como, por exemplo, a ausência de mão-de-obra especializada, a falta de conhecimento das regras construtivas, a ausência de obras de contenção, e falta de apoio dos órgãos públicos.

- Escoamento de água

O escoamento de água superficial ou a drenagem urbana, com 11%, se destacou não pela falha de técnicas, mas por se tratar de um problema socioambiental. De acordo

com depoimentos da associação de moradores durante as chuvas o escoamento da água se torna um conflito, porque a água escorre com muita força levando sedimentos para as ruas, quintais, casas, e chega a transbordar pelos bueiros causando eventualmente enchentes. Segundo César Pompêo (2000), o desmatamento a substituição da cobertura vegetal, o excessivo parcelamento do solo e a impermeabilização do solo, ocupação de várzeas e obras de drenagem inadequadas são os fatores que reduzem o tempo de concentração da água e o aumento do volume de escoamento superficial. Percebe-se então que os conflitos apontados pela população ocorrem em geral por um conjunto de características comuns ao bairro que decorre do crescimento desenfreado e descontrolado, da falta de planejamento, assistência do poder público, dificuldade de a população arcar com o preço de moradias, principalmente.

- Atendimento médico

O atendimento médico, representando 9% do total de questionários, é apontado como deficitário²³ mesmo com um ponto de consultas para a população localizado no bairro. Para Harigan *et al.* (2002) o tipo de ocupação que ocasiona alterações significativas nos ecossistemas afeta o padrão de vida das pessoas, essas influências no meio trazem conseqüências sobre a distribuição de doenças. “Aspectos como poluição das águas, poluição do ar, poluição sonora, poluição e erosão do solo, desmatamento, alterações de habitats de vetores e alterações climáticas cada vez mais são responsáveis pelo adoecimento da população” (2002, p.1).

²³ Segundo depoimentos dos moradores o pequeno posto de saúde no bairro pode ser destituído conforme o interesse do prefeito vigente ou do próximo mandato, pois não se trata de um projeto permanente e sim um ponto alugado pela prefeitura, sem infra-estrutura adequada para deficientes, gestantes e idosos.

- Serviço de água e esgoto

O serviço de esgoto representou 8% dos reclames devido a alguns pontos do bairro não apresentar encanamento do esgoto, sendo este lançado a céu aberto e ao mau cheiro. Para Oliveira (2010), o saneamento básico é fundamental para a avaliação das condições satisfatórias de vida, além disso, o “seu fornecimento inadequado ou insuficiente pode ter consequências diretas sobre o bem-estar e a saúde da população, bem como sobre a durabilidade da base de recursos do território” (op.cit., 2010, p. 331). Com relação ao abastecimento de água, não houve indicações de problemas com este serviço, segundo Edneya Soares (2009) a rede de distribuição de água em viçosa é praticamente integral, somente a zona rural o abastecimento é feito por poços artesianos.

- Trânsito

O fator trânsito, com 7% na pesquisa, foi indicado pela falta de sinalização no bairro, difícil acesso em alguns pontos e déficit de vias públicas o que causa grande movimentação em alguns trechos e quanto ao preço das taxas de transporte. Para Torquato e Santos (2004) ainda há poucos estudos sobre a relação transporte público com o aumento ou a redução da exclusão social e pouco tem se pesquisado sobre as influências do transporte público na qualidade de vida da população.



Figura 9. Falta continuidade em alguns trechos de ruas, a população realiza o percurso por trilhas improvisadas e é também por essas trilhas que escorre a água quando chove. Foto: Elenice a. Coutinho, 2010.

- Lixo

O lixo não foi um grande problema destacado pela população porque o SAAE (Serviço autônomo de água e esgoto) de Viçosa passou a realizar a coleta de lixo de forma mais efetiva. Ainda assim, o lixo é um problema pelo difícil acesso a alguns trechos do bairro onde o caminhão não tem acesso. Além disso, muitas pessoas depositam o lixo/entulho em suas residências, como mostra a figura abaixo, o que pode levar à proliferação de agentes causadores de doenças como a dengue ou leptospirose.



Figura 10. Acúmulo de resíduos nas casas. Foto: Elenice A. Coutinho, 2010.

Segundo Pereira (2007) um dos mais sérios problemas dos municípios diz respeito à questão dos resíduos sólidos, pois a gestão destes é de exclusiva responsabilidade dos municípios. Além, disso, há indícios que a população tem apresentado um maior entendimento das conseqüências de disposição incorreta dos resíduos, no entanto como mostra a figura anterior ainda há carência de iniciativas conjunta entre a população e o setor público para adequar a gestão e gerenciamento dos resíduos. De fato, como o número cada vez maior de produção de resíduos será necessário uma maior conscientização da população e dos administradores públicos de modo a visar uma gestão integrada dos resíduos sólidos.

Outros problemas como falta de iluminação pública e melhora na segurança, fiscalização das obras, fornecimento de caçambas de lixo para coleta de entulhos foram apontados pela população. Além disso, os entrevistados quando perguntados sobre possíveis melhorias no bairro, citaram a criação de cursos, parque infantil, espaço de lazer, empregos e instalação placas de trânsito e manilha nos córregos. Com relação a

as ações da prefeitura no bairro e atos de reivindicação²⁴ na prefeitura, a grande maioria declarou não estar satisfeita com o trabalho da prefeitura, no entanto, não reclamam melhorias. Este fato pode ser explicado pela falta de *empoderamento*²⁵ das pessoas e pelo fraco poder de articulação que a associação local possui, é preciso que as pessoas se sensibilizem mais quanto às próprias causas para criar e fortalecer as já existentes lutas por melhores condições de vida no espaço urbano.

Neste sentido, a partir da interpretação do perfil socioeconômico e dos problemas detectados no bairro Bom Jesus, podemos dizer que se trata de um contexto que corrobora para uma realidade de injustiça ambiental. De acordo com Ascelrad (2009) o termo *injustiça ambiental*²⁶ tem sido consagrado “para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais” (Ascelrad et al., 2009, p.9).

Como expresso anteriormente neste trabalho, a desigualdade ambiental é uma das expressões da desigualdade social, deste modo se não há um entendimento de que os problemas ambientais devem ser também abordados de forma a amenizar as contendas sociais, o problema em si vai sendo mascarado por outras visões, como por exemplo, considerar o problema ambiental a partir do desperdício. Ascelrad (2000) argumenta que os governos e as empresas ao lançarem mão dos recursos provenientes da chamada “modernização ecológica” tratam a resolução do problema a partir do uso de tecnologias limpas, portanto não perfazendo, nenhuma alusão entre degradação ambiental e injustiça social. Ainda neste mesmo artigo para Ascelrad (2000, p. 2). “os atores sociais que percebem a importância desta relação lógica, ao contrário, não

²⁴ Relacionado a uma das perguntas que compõe o questionário em anexo.

²⁵ LEFF, Enrique. Saber Ambiental, 2001, p.71.

²⁶ Como contraponto, cunhou-se a noção de *justiça ambiental* para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais. (ASCELRAD et al.,2009, p.9).

confiam no mercado como instrumento de superação da desigualdade ambiental e promoção de justiça ambiental”.

Segundo Oliveira (2010) a precariedade dos serviços urbanos básicos das cidades brasileiras está relacionado com o “uso desigual dos recursos disponíveis e com a não universalização de direitos” (Oliveira, 2010, p.329) o que acarreta de fato a processos de exclusão e reprodução das desigualdades sociais dentro do espaço urbano, pois são “as populações mais pobres as vítimas recorrentes de toda política urbana que não tenha como prática a equidade na prestação dos serviços públicos” (p. 330).

Capítulo 4 – CONCLUSÃO

Conforme vem crescendo os conflitos, crescem também os movimentos contra a desigualdade gerada pelos conflitos, visto que o fenômeno da exclusão em todo mundo não será resolvido por instrumentos de caráter econômico. No entanto, para apontar possíveis atitudes que minimizem ou resolvam os problemas é preciso se voltar para dentro das causas dos conflitos, dos sujeitos, de modo a entender a gênese e o desenvolvimento do processo, neste caso do processo de construção do bairro Bom Jesus.

Neste sentido, pode ser ressaltado, à guisa, de algumas considerações sobre conflitos socioambientais no bairro Bom Jesus primeiramente, que as políticas de desenvolvimento excludentes aumentam os níveis de desigualdade e marginalização de populações. Como observado pela pesquisa foram verificadas situações de injustiça ambiental como uma das conseqüências da organização do espaço urbano que é conflituosa. Esta situação fica clara se levada em consideração a especulação imobiliária de Viçosa, quando muitas pessoas acabam indo para áreas consideradas impróprias para moradia.

Neste raciocínio, os conflitos urbanos, são agravados por um planejamento dirigido a certas camadas da sociedade afirmando processos de fragmentação da cidade. Além disso, historicamente pôde ser observado o fato do direcionamento das políticas públicas por meio de projetos darem maior atenção e subsídios a áreas específicas da cidade. Assim, as construções que permitem a acessibilidade, o lazer, os espaços públicos e as melhores infra-estruturas estarem presentes em espaços valorizados de acesso limitado à população.

Diante do processo histórico do bairro e das entrevistas, reunião, observação participante, fica claro a situação de conflito socioambiental entre a comunidade do bairro Bom Jesus, a prefeitura e ainda entre os órgãos públicos “reguladores” do meio ambiente. Entre a população e a prefeitura os conflitos se dão pela carência de serviços prestados e entre a população e órgão gestores do meio ambiente pelas regras de uso e ocupação que inviabiliza a ocupação, como por exemplo, de áreas de proteção permanente.

A população do Bom Jesus percebe a situação conflitante entre eles e os órgãos federados a nível municipal e estadual responsáveis pelo fornecimento de infra-estrutura urbana e melhores condições de vida. Entretanto, ainda assim, não existe uma conscientização pública dos problemas, o que por sua vez vai se agravando ao longo dos anos com o aumento da urbanização de bairros com pouca regularidade quanto aos serviços públicos prestados.

Deste modo, a análise dos conflitos socioambientais do bairro Bom Jesus aqui compreendida, mesmo nos limites deste trabalho, mostrou que a base dos problemas é a forma como a sociedade capitalista tem administrado as cidades. Além disso, foi possível identificar que a população de fato reconhece a necessidade de mudança de sua realidade e consegue até apontar melhorias e prioridades a serem cumpridas por meio de políticas públicas. Todavia, mesmo a temática ambiental estando em debate constante, indícios de uma conscientização pública que preze diminuir a injustiça ambiental ainda é incipiente.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. A.; BEZERRA, Gustavo N.. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 7-11.

ACSELRAD, Henri. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: Conflitos Ambientais no Brasil. Acserlrad (Org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004. p. 13–35.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia. Rio de Janeiro: Ibase, 2000.

Ab'Saber, A. N. O domínio dos mares de morros no Brasil. Geomorfologia, n. 2. 9 p., 1966.

ALMEIDA, Rodrigo B; FERREIRA, Osmar M.. Calçadas ecológicas: construção e benefícios sócio-ambientais. 2008. Disponível em: <<http://www.ucg.br/ucg/prope/cpgss/ArquivosUpload/36/file/CAL%C3%87ADAS%20ECOL%C3%93GICAS.pdf>>. Acesso em: 29/10/10.

ALVES, Humberto P. F.. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. Rev. bras. estud. popul. vol.23 no.1 São Paulo Jan./Jun 2006.

ANDRADE, Ilza A.. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento rural? In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. SCHENEIDER, Sérgio; SILVA K. Marcelo; MARQUES, Paulo. (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 233-250.

Atlas das representações literárias de regiões brasileiras. IBGE, coordenação de geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, 149p.

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JR., O. et al. (org.) Políticas públicas e gestão local. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

BICHIR, Renata. Determinantes do acesso à infra-estrutura urbana no município de São Paulo-SP. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a05v2470.pdf>>. Acesso em: 15/08/2010.

CARNEIRO, Patrício, A.. Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835). Belo Horizonte: UFMG, 2008. 278 p. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARNEIRO, Patrício; FARIA, André. Ocupação das Encostas e Legislação Urbanística em Viçosa (MG). Revista Caminhos de Geografia 12(14)121-138, Fev/2005. Disponível em:< www.ig.ufu.br/revista/volume14/artigo12_vol14.pdf>. Acesso em: 15/03/10.

CAVALCANTI, Clóvis. Breve Introdução à Economia da Sustentabilidade. In: CAVALCANTI, Clóvis et al. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, out. 1994a. p. 17-28. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em: 10/11/2009.

Código Florestal Brasileiro. Lei de código Florestal. Disponível em: <<http://www.apadescalvado.cnpm.embrapa.br/protecao.html>>. Acesso em: 06/04/10

COELHO, Suani; GUADARBASSI, Patrícia. Políticas Públicas na Área de Meio Ambiente para o Estado de São Paulo. 2008. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/69_pdf.pdf>. Acesso em: 10/11/09.

COELHO, France M. C.. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos. Viçosa: Ed. UFV, 2005, 135p.

COSTA, Heloisa. S. M.; BRAGA, Tânia. M. . Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: Henri Acselrad. (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004, v. 1, p. 195-216.

COUTINHO, Adriana; PINTO, N. M. A.. Habitação de risco: A representação das camadas populares acerca do seu espaço circundante e das suas condições de moradia. Um estudo das famílias residentes no Bairro Nova Viçosa em Viçosa, MG. In: XV Simpósio de Iniciação Científica III Simpósio de Extensão Universitária; V Mostra Científica de Pós-Graduação da Universidade Federal de Viçosa, 2006, Viçosa. Anais do XV Simpósio de Iniciação Científica. Viçosa, MG, 2006. p. 25-25.

DIEGUES, Antônio C.. Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). Etnoconservação Novos Rumos para a Conservação da Natureza. Huncitec, São Paulo. 2000. p.01-46.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FILHO, Geraldo, B.R.. A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 245 p. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo _ PROURB da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

GARCIA, Rita M..Produção do espaço pelo lazer e turismo. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas Três Lagoas - MS, V 1 – n.º 5 - ano 4, Maio de 2007. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/artigo_ritamaria_6.pdf>. Acesso em: 17/09/10. Acesso em: 15/08/10.

GIL, Izabel C. Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo. Revista NERA - ANO 7, N. 4 – janeiro/julho de 2004.

GRAU, Javier Mira. Territorio, Habitat y Vivienda Frente a La Exclusion Social. (2001). Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/5735/1/ALT_09_12.pdf>. Acesso em: 20/10/2009.

GROSTEIN, Marta D.. Metrópole e expansão urbana a persistência de processos "insustentáveis". *Metrópole Transformações Urbanas Revista Fundação Seade*, São Paulo, v. 15, 2001.

HARRIGAN, Albermar R. et. al. Meio ambiente e saúde pública no bairro conquista-Vitória, E.S. 2002. Disponível em: <<http://www.bvs-sp.fsp.usp.br/tecom/docs/2002/rib001.pdf>>. Acesso: 01/11/10

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 10/10/09.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Histórico de Viçosa. S/D. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/vicosa.pdf>. Acesso em: 5/10/10.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados de Viçosa. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades/painel/painel.php?codmun=317130>>. Acesso em: 07/10/10.

LAMAS, Fernando G.. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira no século XVIII. *Histórica Revista on line do arquivo público do Estado de São Paulo*, edição nº 8 de março de 2006. Disponível: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia01/>>. Acesso em: 25/08/10.

LASCHEFSKI, Klemens. A sustentabilidade geográfica de condomínios na Zona Metropolitana de Belo Horizonte. 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT8-1035-940-20080519073316.pdf>>. Acesso em: 20/11/2009.

LEFEVBRE, Henri. Espaço e política. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins Inédito. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 06-57.

LEFF, Henrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endilich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.65-82.

LEITE, Dayse. S.; CARNEIRO, Eder. J. . A poeira dos empregos de uma mineração em Minas Gerais e a geração de conflitos ambientais. In: III Simpósio Internacional Cultura e Identidades, 2007, Goiânia - GO. III simpósio internacional cultura e identidades - anais eletrônicos e caderno de resumos, 2007.

LELIS, Juliana, L.. Transformações socioespaciais e precarização do trabalho no comércio informal da cidade de Viçosa (MG): a outra face da relação cidade e comércio. Dissertação de monografia. Departamento de geografia. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2008.

LOWY, Michael. Ecologia e Socialismo. São Paulo: Cortez (coleção questões da nossa época, v. 125, 2005. 94p.

MARTINEZ-ALIER, J. Justiça Ambiental (local e Global). IN: Clóvis Cavalcanti (org.) Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e políticas públicas, São Paulo: Cortez, 1999, 215-231p.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

MENDES, Vera.L.P.S.; BARBOSA, Angela.M.G, RODRIGUES, Jorgas.M..Gestão dos serviços públicos e participação cidadã: estudo com os beneficiários do programa bolsa família. 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em: 29/10/10.

MULLER, Ana; GRISA, Catia; NIEDERLE, Paulo. Desenvolvimento, Políticas Públicas para o Meio Ambiente e Conflitos Sócio Ambientais. Disponível em: <<http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/viewPDFInterstitial/21/21>> . Acesso em 25/10/09.

OLIVEIRA, Sonia. Meio ambiente, saneamento e saúde alguns indicadores. IN: Desenvolvimento e conflitos ambientais. Zhouri & Laschefski (org.). Belo Horizonte: editora UFMG, 2010. p. 329- 350.

PERAZZONI, Franco. As vertentes ideológicas da proteção ambiental. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/40013/2>>. Acesso em: 05 de out. 2009.

PEREIRA, Jorge A. G.; SILVA, Mariângela R. S.. A geografia do lazer no sertão da Bahia: o caso de Guanambi. Disponível em:<http://www.campus12.uneb.br/texto/artigos/geografia_do_lazer.pdf> Acesso em: 25/04/10.

PEREIRA, Sheila C. M.. Desenvolvimento de uma sistemática de ação para a elaboração de planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos domiciliares – Estudo de caso de Viçosa/MG. Dissertação (mestrado) Departamento de engenharia civil. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007.

PIRES, Anderson. Café, finanças e bancos: Uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. Tese (doutorado em História) – Departamento de História. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

POMPÊO, Cesar A.. Drenagem urbana sustentável. Revista Brasileira de Recursos Hídricos / Associação Brasileira de Recursos Hídricos, volume 5, no. 1, pag. 15-23, Porto Alegre, RS, 2000.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, André F.. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. Rev. Bras. Hist. vol.23 no.46 São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria, L. O Brasil Território e Sociedade no início do século XXI. 5 ed. São Paulo: Record, 2003. 19-53p.

SCHWARTZ, Daniel; SINGH, Ashbindu. Environmental Conditions, Resources, and Conflicts: An Introductory Overview and Data Collection. UNEP. 1999.

SILVA, João, M. S.. A participação social como fator para a produção de um espaço com “justiça social”: análise da participação da sociedade na “revisão do plano diretor” do município de Viçosa – MG. Viçosa: UFV, 2007.108 p. Trabalho de Monografia – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

SOARES, Edneya G.S..Mapeamento de perigos em redes de distribuição de água para consumo humano. Dissertação de mestrado – Departamento de engenharia civil. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009.

SOARES, Jorsalete M.. Cartografia e ocupação do território: a Zona da Mata Mineira no século XVIII e primeira metade do XIX. In: III Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica. 2009, Ouro Preto/MG. Anais...Ouro Preto de 10 a 30 de Nov. 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação B.. Capitalismo e urbanismo. 8 ed. São Paulo: Contexto, 1997.80p.

SULAMIS, Dain. O financiamento público na perspectiva da política social. Disponível em:<<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V10-F2-S17/05-Sulamis.pdf>>. Acesso em: 20/10/09.

TAVARES, Denise Araújo; NASCIMENTO, Amanda Santos. Tecnologia no Meio Ambiente: Problema ou Solução? Revista Brasileira de Agroecologia. Vol. 2, Nº 2, 2007. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/viewarticle.php?id=1788&locale>>. Acesso em: 15/10/2009.

TORQUATO, Adriana M. S. C.; SANTOS, Enilson. Políticas de transporte e pobreza urbana: reflexões e evidências em um bairro periférico de natal. In: XVIII ANPET Congresso de pesquisa e ensino em transportes. Florianópolis de 08 a 10 de novembro de 2004. Disponível em:<http://www.cbtu.gov.br/estudos/pesquisa/anpet_xviiiCongrpesqens/ac/arq115.pdf>. Acesso em: 01/11.10.

VALVERDE, O. Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia, v. 20, n. 1, p. 3-82, 1958

ZHOURI, Andréa. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. I Seminário Dinâmica do Capitalismo Pós Guerra Fria: Cultura Tecnológica, Espaço e Desenvolvimento UFPE, Recife 29 a 31 de agosto de 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais um novo campo de investigação. IN: Desenvolvimento e conflitos ambientais. Andréa Zhouri, Klemens Laschefski (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 11-31p.

ZHOURI, Andréa. Conflitos sociais e meio ambiente urbano. Palestra proferida na mesa redonda “Sujeitos Sociais e Espaço Urbano: Questões e Contribuições para a Psicologia Social”, durante o XIII Encontro Nacional da ABRAPSO, 2005. Disponível em:

<http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/documenta/documenta17_artigo4.pdf>. Acesso em: 20/10/2010.

ZHOURI, Andréa. Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Account Ability. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a07.pdf>>2006. Acesso em: 15/09/09.

APÊNDICE

Questionário

- 1) Nome (opcional) _____ Sexo () M () F
- 2) Idade _____
- 3) Escolaridade () analfabeto () semi-analfabeto () ens. Fundamental incompleto () ens. Fundamental completo () ens. médio incompleto () ens. médio completo () curso técnico () superior.
- 4) Moradia () casa própria () aluguel
- 5) Horas trabalhadas por dia () 8h () 12h () 16h outro: _____
- 6) Família: () possui filhos () não possui filhos
- 7) Fonte de renda () trabalhador informal () empregado com carteira assinada () desempregado () aposentado.
- 8) Consumo médio por mês: menos de um salário mínimo () um salário mínimo () e mais de um salário mínimo.
- 9) Recebe algum tipo de ajuda do governo (bolsa família, etc.) () sim () não
- 10) Possui algum problema de saúde () sim. Qual? _____ não ()
- 11) Quais problemas você identifica no bairro?
() coleta de lixo () esgoto
() trânsito () escoamento de água
() fornecimento de água potável () Calçamento
() áreas de risco () atendimento médico
() falta de áreas verdes (lotes vagos, praças, hortas, etc.)
() outros? _____
() nenhum.
- 12) O que você acha que pode melhorar? Como?

- 13) Qual a sua opinião sobre as ações que a prefeitura realiza no bairro?

- 14) Você já reivindicou algo na prefeitura? () sim () não

